



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - BNDES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1618/15	DATA: 03/09/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 09h38min	TÉRMINO: 12h59min	PÁGINAS: 79

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

DEMIAN FIOCCA - Ex-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
A reunião foi suspensa.
Há expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Invocando a proteção divina, e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o BNDES.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 7ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 2 de setembro.

Indago ao Plenário se há necessidade de leitura da ata.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Solicito a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Delegado Edson Moreira.

Está dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Delegado Edson Moreira.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição do resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão. Cópias dessas matérias poderão ser solicitadas pelos membros da CPI à Secretaria da Comissão.

Iniciaremos agora a audiência pública para tomada de depoimento do Sr. Demian Fiocca, ex-Presidente do BNDES entre março de 2006 a maio de 2007. O depoimento decorre da aprovação do Requerimento nº 126, de 2015, do Sr. Relator, Deputado José Rocha. O depoente falará na qualidade de testemunha.

Informo que durante a fala inicial do depoente não haverá apartes. Os Deputados interessados em interpelar o depoente deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria desta Comissão.

Convido para sentar-se à mesa o Sr Demian Fiocca. *(Pausa.)*

Informo que V.Sa. prestará depoimento na qualidade de testemunha, devendo prestar o compromisso de falar a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos dos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal.



Advirto-o de que o descumprimento desse dever legal fará incidir sobre si as penas relativas ao falso testemunho, previstas no art. 342 do Código Penal.

Passo a palavra a V.Sa. para que possa fazer o termo de compromisso.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Obrigado, Excelência. Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Neste momento, declaro encerrada a lista de inscrições.

Passo a palavra ao Sr. Demian Fiocca para suas considerações iniciais, pelo prazo de 10 minutos.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Obrigado, Excelência. Obrigado, Sr. Relator Deputado José Rocha, nobres Deputados. Eu agradeço a oportunidade de vir a esta Comissão prestar um depoimento sobre minha experiência no BNDES, banco em que trabalhei há vários anos, com muita satisfação. Brevemente, pensei em rapidamente me apresentar e em seguida fazer algumas considerações sobre o período em que estive no banco e os resultados da nossa gestão. Eu sou economista de formação, em São Paulo, formado pela USP — Universidade de São Paulo; fiz também mestrado pela mesma USP. Depois, cheguei a trabalhar um pouco, no início, no que seria acadêmico. Transformei minha tese de mestrado num livro, que foi aceito pela Editora Paz e Terra, um trabalho sobre política monetária, prefaciado pelo ex-Ministro João Sayad. Em seguida, trabalhei na *Folha de S.Paulo*, como editorialista, fazendo análises econômicas. Então fui convidado para trabalhar como economista chefe em um grande banco internacional aqui no Brasil e, em seguida, fui convidado à diretoria de uma multinacional — também no setor privado. Depois disso é que veio minha experiência no setor público, inicialmente no Ministério do Planejamento, na Secretaria de Assuntos Internacionais, e em seguida como Chefe da Assessoria Econômica. Por fim, fui ao BNDES, quando o Ministro do Planejamento, Guido Mantega, à época, foi indicado para a Presidência do Banco e, já me conhecendo do trabalho no Ministério, me convidou para compor a sua diretoria. Assumi, então, a Vice-Presidência do BNDES. Quando o Ministro é novamente indicado para o Ministério da Fazenda, eu sou convidado a presidir o banco, e presidi o banco por, aproximadamente, mais 1 ano. No conjunto, eu trabalhei no BNDES por cerca de 2 anos e meio. Sobre a minha gestão no BNDES,



incluindo esse período em que estive na diretoria e depois na presidência, eu gostaria de destacar dois aspectos da nossa linha de atuação no banco. A primeira grande linha de atuação, em linha com diretrizes de Governo, foi a de intensificar a atuação do BNDES no fomento ao desenvolvimento da economia. E outra linha de atuação que teve grande relevância e teve também continuidade depois foi a de ampliar o acesso de micro, pequenas e médias empresas aos recursos do BNDES. No que se refere ao que eu chamo de intensificar a atuação do banco, de tornar o banco de fomento mais ativo, trazendo maior incentivo ao desenvolvimento da economia, essencialmente o que fizemos naquele período foi trabalhar nas condições gerais pelas quais o banco oferece crédito aos vários setores da economia. Então, uma das primeiras modificações foi uma redução do custo de financiamentos para incentivar investimentos, direcionado para o financiamento de máquinas, equipamentos, bens de capital, que são os itens principais de uma expansão de fábrica, de uma modernização, enfim, atinge toda a indústria, amplamente. E a outra grande linha de atuação, nessa linha de intensificação, foi a revisão de condições para os vários setores de infraestrutura. Nessa área, nós revimos prazos, carências, custos, de modo a que a contribuição do BNDES, sendo mais intensiva, tornasse um número maior de projetos viáveis economicamente e permitisse um relançamento, um aumento dos investimentos nas várias áreas de infraestrutura no País. Todos esses processos são discutidos internamente com os técnicos do banco e, finalmente, resultam em um documento que o BNDES chama de "Políticas Operacionais", que fica disponível para conhecimento de todas as empresas, de toda a sociedade brasileira e nas mesmas condições para todas as empresas. No que se refere à ampliação do acesso de micro e pequenas empresas, o BNDES sempre atua de maneira indireta. O BNDES é um banco que, como V.Exas. sabem, não tem agências, não tem uma rede de varejo. Mas ele utiliza a rede de varejo dos vários bancos privados brasileiros para dar o recurso financeiro e fazer com que esses bancos, então, com a sua rede, atinjam micro e pequenas empresas. Nós procuramos dar um grande impulso a um instrumento relativamente novo — tinha sido criado um pouco antes, na verdade, da minha chegada ao banco —, que é o cartão BNDES. O cartão BNDES é um instrumento relativamente simples, de fácil uso pelas empresas, em que há um cadastro de itens que são



considerados como passíveis de financiamento, e cada banco privado ou banco de rede — pode também ser um banco público, pode ser o Banco do Brasil ou a Caixa, hoje são vários bancos — oferece e faz uma análise de crédito para o pequeno empresário, usando toda a sua rede de agências, todos os seus gerentes, e, com esse crédito selecionado pelo banco de varejo, pelo banco privado, o pequeno empresário, o microempresário pode adquirir uma copiadora, um computador, uma cadeira de dentista, enfim, pode aparelhar realmente o pequeno negócio. Essa iniciativa foi, em meu entendimento, extremamente bem sucedida. Nós fizemos inclusive um trabalho junto com os bancos repassadores, para que eles aperfeiçoassem as condições oferecidas pelo BNDES para repassar recursos às microempresas, pequenas empresas. Fizemos também uma campanha de divulgação, incluindo televisão, meios de comunicação, para que o empresário, o pequeno empresário, soubesse que existia o cartão e pedisse ao seu banco. Um dos desafios era que a sociedade soubesse o que estava disponível. E, efetivamente, apenas para citar dois números que dão a dimensão do sucesso dessa ampliação do acesso a pequenas empresas pelo BNDES, em 2004 — chegamos ao BNDES no finalzinho de 2004, então poderíamos tomar como parâmetro o anterior à nossa ida —, o cartão BNDES tinha financiado 12 milhões no total, com cerca de apenas mil operações. Estava bastante no início. Depois desse trabalho de divulgação, de melhoria de condições, de coordenação com os vários bancos de varejo, em 2007, ano em que eu deixei a instituição, de 12 milhões em financiamentos, o Cartão BNDES tinha financiado 500 milhões — meio bilhão. E, de mil operações, mil pequenas empresas beneficiadas, em 2004, o banco tinha alcançado 38 mil operações. Foram 38 mil pequenas empresas, microempresários, que tiveram acesso a crédito a um custo atraente, graças a essa política do BNDES. A atuação do BNDES nessa área, do Cartão BNDES, no sentido de atingir, alcançar pequenas empresas, democratizar o acesso ao crédito, continuou crescendo e, hoje, depois de vários anos, é ainda maior. Os financiamentos são da ordem de 10 bilhões anuais e chegam a 800 mil operações. Por fim, também atuamos na área de aperfeiçoamento de governança, definição de padrões de apoio do banco e transparência no modo como o banco atua. Eu citaria três dentre as iniciativas. A primeira delas foi uma construída com as associações de mercado de capitais à



época — e, acredito, até no lançamento houve participação dessas associações —, que foi a criação, a normatização de critérios e procedimentos pelos quais o BNDES aportaria recursos em fundos. A BNDESPAR, ou seja, a área de investimento do BNDES utiliza fundos para poder alcançar um número maior de empresas, porque são aportes pequenos, e também para alavancar o volume de recursos que essas empresas têm. Então, o BNDES faz, por exemplo, 15% de aporte, e vários outros investidores investem junto com o BNDES. Nós definimos critérios para a classificação; critérios, posteriormente, para a seleção de gestores; critérios para as taxas. E passamos a fazer sempre, quando havia algum interesse de criação de algum fundo, uma chamada pública a todos aqueles que quisessem propor a constituição de um fundo e receber algum investimento do BNDES em fundos. Também trabalhamos na governança do banco em um aspecto que, acredito, ajudou na eficiência da instituição, que foi a relação entre a BNDESPAR, a empresa de investimentos, e o BNDES, o banco. Eram duas empresas separadas, porque na sua origem vinham assim, mas tinham questões de governança como, por exemplo, a diferença de diretoria. A Diretoria da BNDESPAR não era exatamente a mesma do BNDES, ainda que ambas fossem 100% do Tesouro Nacional. Então, unificamos a diretoria. E também trabalhamos nos procedimentos internos, para que houvesse uma relação mais clara de cliente interno e fornecedor de serviço entre BNDESPAR e banco. Se houver interesse de V.Exas., depois posso relatar adicionalmente. Por fim, aí já na fase em que eu estava na Presidência do Banco, criamos uma comissão com os principais executivos, os mais experientes, para ver como poderíamos agilizar as operações. O banco sofre cobranças, ora de maior controle, maior exigência; ora no sentido de que há controles demais e, por isso, demora para aprovar as operações. Nós nos debruçamos sobre essas questões com executivos do próprio banco e terminamos criando mais de um processo de negócios do BNDES, ou seja, de como atuar na sua atividade-fim, que foi no sentido de fazer com que as operações mais complexas, que não atendessem a certos critérios de conhecimento prévio do banco, continuassem recebendo toda aquela análise mais detalhada, mais longa. Mas, se algumas outras empresas já tivessem 5 anos de conhecimento do banco e nunca tivessem tido uma inadimplência nesse período, e se fossem fazer um investimento na área em que já atuavam e, além disso, tivessem



um porte de investimento que não alterasse a dimensão daquela empresa, que pudessem ter uma espécie de crédito pré-aprovado e, depois, um tratamento, no momento do projeto, mais simplificado. Quanto aos resultados desse período no banco — e vou relatar apenas alguns a V.Exas. —, conseguimos, comparando os últimos meses em que eu estive no BNDES com os 12 meses anteriores, ampliar o volume de aprovações em 49%. Houve, também, um crescimento de dois dígitos de desembolsos — os desembolsos se seguem às aprovações, seguindo o ritmo dos projetos. E, pela primeira vez na história, o lucro do BNDES ultrapassa os 5 bilhões de reais. Nós conseguimos um resultado muito satisfatório nessa área, com um crescimento de 97% sobre o ano anterior, considerando o ano de 2006, que foi o último ano-calendário em que eu estava no banco. Já tinha crescido, também, em 2005, que foi o recorde na história do banco à época. O banco, depois, continuou tendo bons lucros na gestão do Luciano Coutinho, acho que ainda superando aquele de 2006. Essencialmente, são essas as minhas considerações iniciais. Estou à disposição de V.Exas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço V.Sa., Sr. Demian Fiocca, ex-Presidente do BNDES.

Passemos agora à fase das interpelações.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Relator, Deputado José Rocha, para que possa fazer os seus questionamentos.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Demian Fiocca, ex-Presidente do BNDES no período de março de 2006 a abril de 2007— não é isso?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - V.Sa. sucedeu o ex-Presidente Guido Mantega e foi sucedido pelo atual Presidente Luciano Coutinho.

Sr. Demian Fiocca, no que se refere ao período de 2003 a 2015, V.Sa. tem notícia da transferência do BNDES para outros órgãos ou entidades de atribuições relativas à análise de projetos e aprovação de operações de financiamento à exportação?



Em 10 de junho de 2003, foi editado um decreto dispondo sobre a Câmara de Comércio Exterior — CAMEX. A CAMEX é um órgão integrante do Conselho de Governo da Presidência da República. De que maneira, especificamente, as decisões tomadas pela CAMEX condicionam a atuação das áreas técnicas do BNDES?

Em 18 de fevereiro de 2004, foi editado um decreto criando o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações — COFIG, composto pelo Secretário Executivo do MDIC e representantes de Ministérios e da Secretaria do Tesouro Nacional. De que maneira, especificamente, as decisões tomadas pelo COFIG condicionam a atuação das áreas técnicas do BNDES?

Qual é a justificativa para que atribuições — tais como a análise de risco de crédito e renegociação de garantias — sejam conferidas ao BNDES no plano interno, mas lhes sejam retiradas quando se trata de financiamentos internacionais?

Não há uma incongruência entre a análise técnica do BNDES e aquela de natureza política empreendida por CAMEX, COFIG, ABGF? Digo que os órgãos são políticos porque, além de seus dirigentes serem de indicações políticas, eles não dispõem de instrumentos que garantam sua independência como um mandato, além da possibilidade de exoneração a qualquer tempo.

Os representantes do BNDES ouvidos por esta CPI têm insistido em que as operações de crédito firmadas com países com alto risco-país não expõem o banco, em razão de elas serem todas cobertas por seguros à exportação. Em última instância, o seguro à exportação é uma obrigação do Tesouro Nacional?

Do ponto de vista financeiro, não é inusitado que uma empresa controlada da União tenha risco de crédito aliviado por seguro à exportação prestado pela União, via Tesouro Nacional?

Em sua participação nesta CPI, o Presidente do BNDES Luciano Coutinho afirmou, a respeito dos financiamentos internacionais firmados pelos BNDES, que as empresas financiadas apenas vão ao BNDES após conseguirem contratos de exportação. Se a empresa já acertou os termos do contrato, não se pressupõe que ela já tenha calculado receita e custos, inclusive com operações de crédito?

O BNDES avalia se as empresas teriam condições de se financiar no mercado financeiro nacional ou internacional?



Consta que o senhor chegou ao setor público pelas mãos do ex-Ministro Guido Mantega, de quem foi Secretário de Assuntos Internacionais e Chefe da Divisão de Conselho Econômico no Ministério do Planejamento, sendo depois levado por Mantega para ser o braço direito dele no BNDES, com direito a prêmio de 1 ano na direção do banco. Que tamanha identidade levou a tanta generosidade?

Nos 2 anos que o senhor passou pela Presidência do BNDES...

O SR. DEMIAN FIOCCA - Na Presidência do BNDES foi 1 ano.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Um ano. Durante a sua Presidência no BNDES — e o senhor ficou de 2006 a 2007 —, o banco emprestou, respectivamente, 51,3 bilhões e 64,9 bilhões, acelerando a escalada de aumento dos gastos, que, em 2007, começaram a ser preenchidos com vultosos recursos do Tesouro Nacional. O senhor não percebeu que aquela escalada seria insustentável e levaria o banco e o Tesouro a um beco sem saída?

O senhor aprovou dinheiro para emprestar à Odebrecht e às suas coirmãs, a juros de pai para filhos, para que elas o aplicassem em obras que foram gerar empregos na Venezuela, Equador, Angola e em outros países?

O senhor concorda com o sigilo sobre as operações do BNDES, mesmo sendo ele um banco que empresta dinheiro público?

Por que o BNDES, na sua gestão — e na de todos os que o antecederam e o sucederam —, é sempre tão generoso com as grandes empresas e tão draconiano com as pequenas, geradoras de muito mais empregos no País? Trata-se de um compadrio com as elites domésticas e internacionais?

Eram essas, Sr. Presidente, minhas perguntas ao ex-Presidente do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado José Rocha, e passo a palavra ao Sr. Demian Fiocca, para que possa responder os questionamentos.

Eu só pediria a V.Sa. que fosse direto nas respostas, porque temos uma lista extensa de Parlamentares que também gostariam de fazer questionamentos.

Com a palavra V.Sa.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Obrigado, Excelência; obrigado, Sr. Relator, Deputado José Rocha. Foram várias perguntas. Eu procurei anotar e vou tentar responder todas. Sobre os mecanismos e instituições de concessão de garantias



pelo Governo Federal, administração direta, para financiamentos a exportações. V.Exa. mencionou CAMEX, COFIG e vários desses mecanismos. Não sou um *expert* nesses mecanismos porque essas garantias, para o BNDES, são um fator externo. O BNDES não gera essas comissões, que são do Governo Federal. Mas, de maneira geral, o meu entendimento sobre esse mecanismo é o seguinte: o Estado brasileiro, em vários governos, percebeu — no meu entendimento, com razão — que as exportações são algo prioritário. Em várias ocasiões em que o Brasil sofreu crises econômicas, as dificuldades no balanço de pagamentos estiveram entre as razões dessas crises econômicas. Então, eu vejo a existência de um mecanismo, no nível de Governo Federal, para reduzir o risco das exportações e estimulá-las, como um resultado institucional dessa visão de que essas exportações são importantes e merecem ser apoiadas e incentivadas, o que ultrapassa um ou outro governo. Acho que é uma questão permanente no Estado brasileiro. Quanto à questão do risco de crédito que o BNDES tem nessas operações e a questão das garantias, eu me permitiria esclarecer que não é exatamente que o BNDES transfira a análise do risco de crédito. O BNDES, quando faz a análise, considera se os projetos estão enquadrados nas políticas, se os volumes solicitados correspondem àquela parte que efetivamente é produzida no Brasil, gerando empregos no Brasil, pagando impostos no Brasil. Ele faz, sim, uma análise. E, no caso das exportações de serviços, como no caso de quaisquer projetos, o BNDES também considera as garantias como parte da sua análise. Então, não é que a existência de garantias — neste caso, garantias soberanas, pelos mecanismos internos do Governo Federal — para o BNDES substitua a análise do banco. Ela é parte da análise. Claro que, em sendo garantias soberanas, são garantias muito boas. Portanto, na parte de garantias, normalmente, a análise concluirá que são boas garantias. Mas o banco faz a análise igualmente, mesmo havendo garantias oferecidas pelo Governo Federal. Eu não tenho exatamente a informação sobre essas instituições, mas acredito inclusive que essas mesmas instituições, CAMEX, COFIG, enfim, que esses mecanismos da administração direta oferecem garantias também para outros bancos. E outros bancos, portanto, também fazem as suas análises. Depois, na questão sobre quando o BNDES vê o risco de crédito para dentro do Brasil *versus* quando o BNDES recebe garantias soberanas para exportações, o BNDES trata de



maneira muito similar operações que também têm o risco de crédito mitigado por outro tipo de garantia no Brasil; não é apenas nas exportações que isso ocorre. Vou dar um exemplo. O BNDES usa uma grande gama de garantias, em geral muitas delas; o banco é muito exigente em garantias. Mas, tomando como base o trabalho normal do BNDES dentro do Brasil para um projeto, tal como se fosse um projeto no exterior, o BNDES tem cerca de 50% dos seus financiamentos feitos por meio de bancos repassadores. O que significa isso? Significa que o BNDES repassa recursos para um banco privado. Então, ele dá o caixa para os bancos privados, podendo receber no final do empréstimo, mas é esse banco privado, repassador, que assume o risco de crédito. Claro, o banco repassador entende que o projeto é bom; por isso ele vai emprestar — ele sabe que ele quer receber, evidentemente. Mas, para o BNDES, o banco privado, no fundo, assumiu o risco de crédito. É uma garantia tanto quanto uma garantia que ele recebe do Governo Federal. Então, apenas para citar um nome, apenas para exemplificar, digamos que o BNDES financie um porto por meio de um repasse do Banco Itaú. O Banco Itaú é um excelente risco de crédito. Não vai ser por conta do risco Itaú que o BNDES, na sua análise, deixaria de fazer, assim como a garantia soberana também, evidentemente, é uma excelente garantia. Mas, tanto no caso do repasse para um porto em operação indireta no Brasil, como no caso de um porto em operação no exterior, o BNDES faz a mesma análise: o relatório verifica se está de acordo com as políticas, quanto pode ser emprestado, em que termos, qual é o prazo; submete às várias hierarquias e comitês internos do banco; e, finalmente, vai para a diretoria. Então, eu diria que é bastante similar, não há propriamente uma transferência das atribuições técnicas do BNDES apenas pela existência de uma garantia soberana. Quanto ao risco, ao perfil de risco dos países, alguns países para os quais o BNDES empresta, a verdade é que o histórico tem mostrado que esse risco não se confirmou como alto, porque não só o BNDES não teve inadimplências nessas operações, como também o Tesouro Nacional, que deu as garantias ao BNDES, e, por meio dos seus organismos de governança, também pegou contragarantias do país. E do que eu tenho ciência, o Tesouro Nacional também não teve nenhum *default*, nenhum não pagamento. Então, na verdade, em que pese a estruturação, o desafio de estruturar as operações, mostrou-se boa a análise tanto do BNDES quanto desses órgãos do



Governo Federal. É verdade aquilo que o Presidente Luciano Coutinho mencionou de que são as empresas que vêm ao BNDES quando elas têm uma operação e não o BNDES que escolhe as empresas. Então, efetivamente, uma empresa está conseguindo um contrato para fazer uma obra e uma exportação de serviços em outro país e aí ela vem ao BNDES. É assim mesmo. E a pergunta de V.Exa.: *“Por que a empresa vem ao BNDES se ela já está conseguindo o contrato?”* Normalmente — claro que essa é uma pergunta mais para as empresas, mas, normalmente, a empresa conhece as linhas do banco, porque o banco é transparente nas suas políticas. Então, ela sabe que, em princípio, tem o direito de recorrer ao BNDES, mesmo que ela ainda não tenha fechado a operação do banco. Quem está fazendo uma fábrica, quem está fazendo uma área de infraestrutura no Brasil ou no exterior lê lá nas políticas operacionais do BNDES e fala: *“Ah, se eu estou fazendo essa fábrica, em tese eu tenho direito a 50% de financiamento, com esse prazo e com esses juros.”* Então, eu acredito que, ainda que a empresa tenha que ter perspectiva do projeto antes, não é que ela não conte com o BNDES; ela procura contar com o BNDES. Isso é um procedimento que acontece tanto no exterior quanto no Brasil. No Brasil, também, as empresas começam os projetos ainda sem o financiamento do BNDES, normalmente. Eles não aguardam o financiamento do BNDES para iniciar tudo. Começam, estruturam, começam a pagar, usam seu próprio capital de giro, fazem empréstimos-ponte, põem capital próprio, mas contando com o BNDES. Se depois se frustrar o BNDES, por conta de que, eventualmente, mesmo estando nas políticas, por exemplo, aquela empresa se mostre com risco de crédito muito alto e não seja aprovada no banco, a empresa sofre com isso. É a maneira como as empresas lidam com essa questão de procurar juntar as várias partes para viabilizar um projeto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Mas o BNDES avalia se essas empresas teriam condições de serem financiadas?

O SR. DEMIAN FIOCCA - O BNDES não tem um mecanismo que diga o seguinte: empresa... Digamos que o BNDES tenha um programa para siderurgia, que financia a expansão da siderurgia no Brasil. Ele financia para toda e qualquer empresa que atenda aos critérios. O banco não tem um mecanismo para dizer o seguinte: *“Empresa A veio ao BNDES, eu a financiei; empresa B veio ao BNNDES,*



mas eu fiquei sabendo que já tem um banco privado dando suporte a ela, então, eu não vou dar o crédito". O BNDES não faz isso. No meu entendimento, com todo respeito, Excelência, não deveria fazer, porque, como a política do BNDES é de ser impessoal, republicano, democrático, ou seja, de dar as mesmas condições para todas as empresas, se a empresa conseguiu atender aquelas condições, eu entendo que ela deve ter acesso ao financiamento do BNDES, porque ele normalmente tem prazos e custos menores. Então, eu não vetaria uma empresa apenas porque ela já tem também outros bancos, mas essa é uma questão, vamos dizer, de diretrizes. Eu compreendo. É um ponto de vista possível. Sobre minha ida ao BNDES a convite do Ministro Guido Mantega. Eu tenho a trajetória que relatei a V.Exas. Eu não acho que seria justo dizer que eu não tenho as qualificações para atuar na área econômica ou financeira, não é? Eu tenho experiência, tenho a formação, tenho histórico nessa área. O meu relacionamento com o Ministro Guido Mantega é um relacionamento de natureza profissional. Eu fui convidado pelo Ministro, por uma ligação do gabinete dele para mim, quando estava no Governo, acredito que por meio de indicação de algum economista. Não me foi dito quem. O Ministro me entrevistou duas ou três vezes e, finalmente, me fez o convite para ir ao Ministério do Planejamento. Aí, claro, a partir de um trabalho na mesma equipe, os profissionais vão se conhecendo e, na medida em que o convite posterior, ao BNDES, já conhecendo, então, o meu trabalho de quase 2 anos no Planejamento, demonstre alguma confiança, algum reconhecimento do meu trabalho, eu vejo com satisfação. Qualquer profissional vê como algo positivo que tenha o reconhecimento dos seus pares, do seu chefe, do seu trabalho. Sobre a expansão do BNDES, o banco, de fato, veio crescendo em desembolsos. Isso ocorreu também na minha gestão. Continuou nessa trajetória posteriormente e, novamente, com todo respeito a diferentes pontos de vista, eu não vejo isso como uma escalada insustentável. Agora, já estou fazendo certo aparte. Não estou falando mais do meu período no banco, mas, em respeito à sua pergunta, eu entendo... O BNDES tem uma capacidade de crescimento intrínseco e autônomo sem o apoio do Tesouro. Basicamente, ao longo de décadas de recebimento de recursos do PIS/COFINS, que montam o fundo do FAT, e também com captações externas, o banco vai acumulando um volume de recursos grande. E esse volume é aumentado em disponibilidade todos os anos por dois elementos: o pagamento dos



empréstimos anteriores mais os juros. Então, o BNDES, digamos, empresta 100 e cobra 10 de juros ao ano. Depois de 5 anos, ele vai receber 150. Aí ele pode reemprestar os 150. E, além disso, o aporte do PIS/COFINS, do FAT, que, todo ano, continua aumentando como fonte adicional ao BNDES, coisa de 5, 6, 8 bilhões ao ano. Então, certo crescimento, um crescimento grande, ainda que pela demanda das empresas, o banco faz naturalmente, autonomamente. Eu acho positivo para a economia brasileira. Na questão dos empréstimos posteriores do Tesouro, entendo que houve ali uma atuação também para reagir à crise econômica internacional. Nós tivemos uma grave crise em 2008, talvez a mais grave desde a crise de 29, e todos os governos, do mundo todo, reagiram à crise com diferentes instrumentos, dependendo das ferramentas que tinham e ali, no Brasil, utilizou-se um *funding* adicional do Tesouro para que o BNDES fosse um instrumento de reação à crise. Acho que a reação foi bem sucedida. O Brasil teve apenas três trimestres de crescimento baixo depois da crise norte-americana, e tem países que passaram anos em recessão. Sobre a questão da concentração de empréstimos em uma ou outra empresa, V.Exa. mencionou Odebrechet, acho importante esclarecer que a criação de empregos daquela parte que o BNDES financia é no Brasil, porque o BNDES não financia tudo quando ele financia um empreendimento no exterior. Ele financia aquela parte que é exportada. O que é exportado? Os projetos, o pagamento dos engenheiros, as estruturas internas, conhecimento, bens associados, aquele investimento que é produzido no Brasil. Então, efetivamente, aquela parte que o BNDES financia gera empregos no Brasil; não é no exterior que gera empregos. Acredito que, do ponto de vista, sem especificar essa ou aquela empresa, se o BNDES tem políticas que devem ser imparciais, devem ser amplas, devem ser julgadas apenas no mérito e devem ser iguais entre as empresas, grandes empresas que fazem mais projetos tendem a ter mais financiamentos. Eu não vejo isso como algo não esperado. Sobre o sigilo, foram muitas perguntas. Sobre o sigilo bancário, entendo perfeitamente o desejo do Congresso Nacional, da CPI, de ter o máximo de informações sobre as operações do banco, sobre os projetos que são financiados. Na verdade, é uma questão fora da alçada do BNDES. O sigilo é um estatuto de lei, ele é, na verdade, um direito das empresas, uma obrigação dos bancos; não é uma opção do BNDES. Então, realmente, na qualidade



de presidente do banco, o banco não... Eu não teria uma opinião sobre a natureza do sigilo. É uma discussão mais ampla no nível das legislações. Quanto às grandes e pequenas empresas, o banco financia grandes projetos. Então, em infraestrutura, por exemplo, não há pequenos projetos. A infraestrutura, em geral, são grandes projetos, até pela lógica econômica, tem escala grande, pela natureza do projeto, e nas áreas em que o banco atua, exportações, existem grandes empresas. Acredito que o banco faça um esforço de permitir que, mesmo sem ele ter uma rede de varejo, que não permite a ele ter direto... Vamos dizer, o gerente do BNDES, como tem o gerente do Banco do Brasil. As dimensões são de 2, 3 mil funcionários para 100 mil... Eu falei do Banco do Brasil, mas qualquer outro banco de varejo, os privados, mas ele procura fazer um esforço, em termos, sim, de financiar pequenas empresas. Eu dei o exemplo do cartão BNDES. No meu entendimento, foi muito bem sucedido. Obrigado, Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Como é que o senhor entende que o BNDES vai retornar ao Tesouro esses recursos todos que o Tesouro aportou ao banco para... com a taxa... na captação da taxa maior com o aporte ao banco, a taxa menor, durante esse período desses recursos todos acumulados? O senhor vislumbra, assim, quando é que o banco pode repor isso ao Tesouro?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Obrigado pela pergunta. Antes eu gostaria de esclarecer, Excelência, aqui, não houve aporte do Tesouro durante a minha gestão. Então, eu, na qualidade de ex-presidente, não entraria...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. DEMIAN FIOCCA - Mas em respeito... Claro, em tese, eu não vejo com preocupação o pagamento de volta desses recursos ao Tesouro Nacional, porque o BNDES trabalha com projeto de longo prazo. Portanto, o prazo longo que o Tesouro concedeu é também adequado ao perfil igualmente dos vários anos dos empréstimos do BNDES. E o BNDES é um banco com baixíssima inadimplência, que cobra juros, que recebe basicamente o que ele empresta de volta. Ou seja, aquilo que é emprestado pelo BNDES, eu não vejo como gasto; realmente é empréstimo, realmente é pago de volta. Portanto, eu não vejo um risco de inadimplência, na medida em que o uso que o recurso teve do outro lado também se



destina a projetos que o BNDES, no meu entender, analisa bem. E o histórico confirma, digamos, que o BNDES consegue receber de volta os empréstimos que ele faz.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Relator, agradeço ao nosso convocado.

Passemos agora à lista de inscrição dos Sras. e Srs. Parlamentares. Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao eminente Deputado Arnaldo Jordy, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu quero pedir a V.Exa. para acumular meu tempo da condição de Líder também, certo?

Eu sou Vice-Líder da bancada do PPS, e aí existe a indicação do Líder Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu não tenho a autorização do Líder de V.Exa. para que utilize o tempo da Liderança. Mas nós vamos conceder o tempo necessário para que V.Exa. possa fazer seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu providencio. Agradeço a V.Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Relator José Rocha e nosso convidado, Demian Fiocca, pela sua presença.

As perguntas que vou fazer não são necessariamente sobre sua gestão ou, especificamente sobre sua gestão, ainda que eu vá me reportar a isso também. Mas o senhor foi funcionário, antes da presidência, de 2006 a 2007 o senhor já era vice-presidente do banco?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Correto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Perfeito. E também o senhor tem uma larga experiência, é o que me consta, se eu estiver errado, por favor, me corrija, como Executivo em instituições bancárias. O senhor foi, parece-me Economista-Chefe do HSBC, salvo engano.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Foi, sim, no começo da minha carreira.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - No começo de sua carreira. É, portanto, um cargo de relevância, parece-me, numa instituição desse porte. Eu



pergunta: o senhor foi indicado por quem à Presidência do BNDES. O senhor nos poderia responder?

Bom, vou fazendo e depois...

Eu queria saber também se o senhor tem uma filiação partidária ou já teve. E, veja, eu pergunto também por que o senhor, na sua avaliação, ficou tão pouco tempo na Presidência do Banco, haja vista que, como já foi aqui referido, o ex-Presidente Lula fez questão de esclarecer e enfatizar o agradecimento ao senhor, dizendo que o senhor fora responsável, como já nos ilustrou aqui com números, pela consolidação da instituição como um banco de desenvolvimento, ao atingir um recorde de aprovação de financiamentos e desembolsos nos 12 meses em que o senhor passou, aproximadamente, à frente do banco. O senhor já se referiu a isso e isso foi objeto de um elogio pessoal do Presidente Lula. Então, é uma coisa que para mim parece estranho.

O senhor, no início de sua carreira, foi Economista-Chefe do HSBC. Eu não sei o quanto ganha — desculpe, não há nada pessoal e não quero invadir as informações de caráter pessoal de V.Sa. —, mas imagino que o Economista-Chefe de um banco internacional como o HSBC não seja para qualquer profissional. E esse é um mérito de V.Sa.

E aí V.Sa. é indicado para o BNDES, fica 1 ano e sai com elogios do Presidente da República da época. Parece-me estranho isso. Eu queria saber, na sua avaliação, qual a razão dessa situação.

E eu pergunto, para finalizar essa parte, se, na sua indicação ao banco, o Sr. Mantega ou o próprio Presidente Lula especificamente lhe deram alguma orientação ou lhe pediram alguma orientação no sentido de focar mais aqui, mais acolá, de produzir esse ou aquele resultado.

Por que lhe pergunto isso e por que essa minha estranheza? Porque, segundo a imprensa, a substituição de V.Sa. teria sido uma exigência ou um pedido também do ex-Governador do Rio, Sérgio Cabral, do PMDB, que não estaria satisfeito com sua gestão no banco, apesar de todos esses indicadores de eficiência, digamos assim, que V.Exa. auferiu à instituição. Essa era a primeira pergunta.



Segunda: quais eram os critérios de empréstimos do banco? As chamadas campeãs nacionais, por exemplo, começaram a ser beneficiadas durante a sua gestão, os primeiros contratos de algumas delas. Os empréstimos para as empresas do Sr. Eike Batista, começaram em 2007, por exemplo. Como se deram essas negociações? Houve alguma alteração nos critérios de concessão de empréstimos do BNDES da gestão do senhor no início desses contratos para agora, por exemplo, ou ao longo do desempenho da renovação de outros contratos dessas chamadas campeãs? Eu colocaria, além das campeãs, por exemplo, as empreiteiras do Consórcio Belo Monte, que são responsáveis pela maior obra do PAC e quase cerca de 80% disso financiados pelo BNDES.

O senhor acredita que, no caso do PAC, de Belo Monte, das obras de Belo Monte, a Camargo Correa, por exemplo, que tem 16% do contrato... O Sr. Dalton Avancini como o Sr. Milton Pascowitch, da ENGEVIX, já declararam que houve pagamento de propina e que houve superfaturamento, que a fórmula para pagar a propina era o superfaturamento dessas obras. O senhor avalia que houve superfaturamento envolvendo os recursos do BNDES?

E, por fim, Sr. Presidente, conforme a reportagem da revista *ÉPOCA*, de julho de 2014, a Mare Investimentos negociou controle acionário da Ecoglobal Ambiental. O senhor confirma esse acordo? E, se confirmar, como foram conseguidos os aportes dos fundos de pensão? E por que o senhor desistiu dele, se o senhor confirmar a existência desses investimentos?

E finalmente, o senhor falou aqui, respondendo uma pergunta do nosso Relator, que o BNDES não precisaria em situações normais de aportes do Tesouro. O Tesouro aportou de 2008 a 2014, logo depois de sua saída, um valor de mais de 400 bilhões no BNDES. Alguns já dizem que é por conta da crise. Mas são 400 bilhões!

E eu vejo o depoimento do senhor, que o tenho como um executivo experiente nessa área, dizendo que o BNDES, por tudo o que já foi dito, seria autossustentável, não dependeria... Eu pergunto se o senhor tem conhecimento, na história de outras instituições, inclusive de bancos de crédito e de fomento, como é o BNDES, aliás, a sua função precípua, de algum paralelo de aporte de 400 bilhões, supostamente, para uma situação de crise ou circunstancial.



E, segundo, como o BNDES será ressarcido, ainda que seja uma política de investimento, desse aporte de 400 bilhões feito pelo Tesouro, se essa não foi uma dose exagerada diante da saúde financeira e creditícia da instituição?

Eram essas as perguntas que gostaria de fazer a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Jordy.

E já informo a V.Exa. e aos Parlamentares que a Mesa acaba de receber autorização do Líder Rubens Bueno para que V.Exa. possa exercer o tempo de Liderança do PPS. V.Exa. já utilizou os seus 5 minutos, mais os 3 minutos pela Liderança do seu partido.

Passo a palavra ao Dr. Demian Fiocca, para que possa responder aos questionamentos do eminente Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Obrigado, Excelência. Eu vou responder brevemente às suas questões, mas gostaria de lembrar que eu estou aqui numa posição de natureza mais institucional, enquanto ex-Presidente do BNDES, falando sobre a minha gestão. Então, gostaria de ter isso em mente na minha resposta, não é? Sobre...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente... Desculpa, Sr. Presidente. O senhor está aqui como convocado desta CPI, e inclusive sob a prerrogativa de juramento de compromisso com a verdade.

O SR. DEMIAN FIOCCA - É verdade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O senhor, evidentemente, tem o direito constitucional de não responder às perguntas. Esse é um direito a qualquer cidadão, inclusive de ficar calado, de não responder, de achar que isso pode lhe criar algum inconveniente. Nós compreendemos perfeitamente. Mas o senhor, inquirido sobre algum assunto, tem o compromisso de não falar ou de falar sob a hipótese de estar falando a verdade. Só essa precisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu reafirmo o posicionamento do eminente Deputado Arnaldo Jordy. V.Sa. assumiu um compromisso, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, de dizer a verdade. Esse compromisso, nós esperamos que V.Sa. leve a cabo até o final das oitavas de hoje.



V.Sa. tem a palavra.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Perfeitamente. É esse mesmo o meu compromisso, e é o que eu farei, comentando apenas que questões de natureza mais pessoal entendo que não é objeto do meu depoimento, não é? Sobre a Presidência do Banco, eu fui indicado como sucessor do Ministro Mantega, eu já trabalhava com ele como vice-presidente, é uma sucessão que dispensa explicações, não é? O mais natural... Que o presidente saia e o vice-presidente é indicado é algo natural. Não tenho filiação partidária.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Foi a convite dele?

O SR. DEMIAN FIOCCA - A indicação é feita pelo Ministro, eu acho que até pelo Presidente da República, por indicação do Ministro do MDIC, não é? Mas eu tive poucas interações com o Presidente, como V.Exa. mencionou, e acredito que o Presidente da República também reconheceu meu trabalho, mas, vamos dizer, a indicação não é nenhuma formalidade, é uma sucessão de continuidade da posição de vice-presidente para a posição de presidente. Sobre o tempo que eu permaneci na presidência, eu vejo com naturalidade o convite a novos quadros para comporem o Governo. Houve uma mudança do primeiro para o segundo mandato do Presidente Lula, e houve várias alterações; houve inclusive do Ministro do MDIC — não é? O Ministro era o Fernando Furlan, que foi sucedido pelo Miguel Jorge. O BNDES é vinculado ao MDIC, e devem ser encaradas com naturalidade alterações de posições dentro do Governo, na composição de um novo mandato. Posso mencionar que a natureza da indicação, eu vejo como similar. O Prof. Luciano Coutinho é um reconhecido economista, de perfil de pensamento também de querer atuar no sentido de incentivar o desenvolvimento do País, perfil técnico, como o meu; então, vejo com naturalidade. Quanto a orientações para o banco, as orientações são essas... Eram orientações da política econômica de Governo, de fomentar mais as empresas, procurar alavancar investimentos, procurar expandir o financiamento às várias áreas de infraestrutura, como nós procuramos fazer, e acredito que, pelos números do banco, com bastante sucesso. Não tenho conhecimento de nenhuma questão com o Governador Sérgio Cabral. Acho até, que, temporalmente, se eu não me engano, ele foi eleito poucos meses antes de eu sair. Então, não vejo nenhuma avaliação, mas não tenho informação sobre isso.



Quanto aos critérios de empréstimos do banco, nós fizemos, sim, aperfeiçoamentos nas políticas operacionais. Agora, é importante entender que estamos falando sempre de políticas para os setores, para quaisquer empresas de maneira impessoal, não é? E esses aperfeiçoamentos em políticas operacionais ocorrem de tempos em tempos, no BNDES. O BNDES é um órgão de Estado, é um órgão que atende às diretrizes de Governo. O BNDES já, no início, financiava a estruturação de estatais; depois, ele se dedicou também a exportações, quando havia dificuldades na balança de pagamento; depois, ele financiou o contrário: a venda das estatais, a privatização. E o BNDES vai se moldando às políticas de Governo, como legitimamente deve ser, é um órgão do Estado, e nós fizemos algumas modificações nesta natureza das políticas, não é? No caso, como eu mencionei na minha abertura, modificações no sentido de intensificar a atuação. Então, onde o BNDES financiava 40% do projeto, nós dizíamos: *“Não, vamos financiar até 60% do projeto”*. Onde o BNDES cobrava uma taxa adicional, TJLP, de 5%, nós dizíamos: *“Não, vamos baixar para 3%, para 2%”*. E prazos, enfim... Nas suas condições, mesmo, específicas, de financiamento, nós fizemos mudanças nas políticas do banco, não caso a caso, em nenhum contrato. A questão de campeões nacionais, na verdade, não existe, no BNDES uma política de campeões nacionais. Campeões nacionais é, vamos dizer assim, um nome fantasia, uma construção conceitual, externa ao banco, de algum economista, de comentaristas, enfim, que juntam um conjunto de operações, e procuram, então, ver ali o que eles chamam de campeões nacionais, não é? Não há no banco essa política. Como eu mencionei, a política do banco foi, sim, de atuar mais intensamente. Os resultados disso são muito favoráveis. O BNDES, inclusive, publicou, recentemente, um estudo de efetividade das suas operações, no período de 2007 a 2014, o período do Luciano Coutinho; no início, apenas, eu estava lá. Mas é uma política geral. Com relação a empréstimo para Belo Monte, já não é da minha época, eu não estava no banco, não poderia comentar. Sobre a Ecoglobal, o que posso dizer é que realmente é completamente outra época, muitos anos depois de eu ter saído do BNDES. Não tenho nenhum vínculo com o BNDES, nenhuma empresa em que hoje a minha atividade profissional privada atua tem empréstimo com o BNDES, nem investimento com o BNDES. E investimento nessa empresa de fato, não foi feito, não é? Quanto aos



aportes do Tesouro, se o BNDES precisaria, enfim, aí eu acho que já ponderei o meu ponto de vista sobre isso. Acho que é isso. Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, eminente Deputado Edson Moreira. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Até que enfim, hein?

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - É. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Vou ser objetivo, Sr. Demian.

Gostaria que o senhor me respondesse quais foram os prejuízos, se é que os teve, o BNDES, com a invasão boliviana lá na PETROBRAS. Abreu e Lima, tinha uma parte lá que a Venezuela iria entrar com um percentual na construção daquela refinaria, e não entrou. Qual foi o prejuízo que o BNDES teve, e está tendo, com a construção dessa e das do Rio de Janeiro? Qual foi o prejuízo do BNDES com os empréstimos para as empresas X?

Quais foram os prejuízos do BNDES e do Brasil, por conseguinte, ao perdoar as dívidas da África; ao perdoar as dívidas da Argentina; os investimentos lá, no Paraguai, da hidrelétrica, quais foram os prejuízos que tiveram; e Cuba, o Porto de Mariel, se teve algum prejuízo. Isso é, se os teve; se não os teve, acho que as minhas perguntas estarão respondidas.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Delegado Edson.

Passo a palavra ao Sr. Demian Fiocca.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Várias dessas operações não são do meu período, por exemplo, das empresas X não são do meu período, Abreu e Lima também não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Mas o senhor sabe, não é? Os prejuízos, se houve ou se não houve. Embora não seja do seu período, mas o senhor deve ter conhecimento.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Veja, o que eu posso lhe dizer é: que eu tenha ciência, não houve prejuízo do BNDES na questão da PETROBRAS na Bolívia; não



houve prejuízos em Abreu e Lima, nem nas exportações de serviços internacionais. O BNDES não teve inadimplências nessa área, que eu tenha ciência, uma vez que eu não estava no banco. No caso das empresas X, eu, realmente, não tenho informação precisa, mas, certamente, o banco pode fornecer para V.Exa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Argentina, África.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não, o que... Veja, eu posso dizer, eu não sei exatamente quais operações, mas, para contribuir aqui, o que eu sei é que o BNDES opera em quase todos os países da América Latina com um regime de... Chama-se Créditos Recíprocos, CCR. Chama-se Convênio de Créditos Recíprocos, que é um convênio diretamente de Bancos Centrais, que dá, na verdade, uma excelente prioridade para empréstimos na América Latina ao BNDES, porque é quase como um acesso do Banco Central brasileiro direto ao Banco Central de outro país. Então, entendo que é um bom sistema de garantias, não tenho ciência de perdas do BNDES, não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Nem no Paraguai, nem em Cuba. Argentina também não teve?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Esse, de Cuba, sei que certamente não foi no meu período. Paraguai, não me recordo, Excelência, mas...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Quando o Presidente, o Presidente que esteve... Eu esqueci até o nome dele agora. Ia cortar a parte de energia com o Brasil, e o Brasil... Teve financiamento do BNDES para aquele país, para que ficasse tudo certo, na época do Governo Lula, e o Mantega estava no BNDES, nessa época, também. Acho que disse que é Moro, acho que é Moro, algo assim, não tenho certeza.

O SR. DEMIAN FIOCCA - É... Eu não tenho mais informações. Eu posso solicitar ao banco que encaminhe a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Nós já pedimos, já. Obrigado, então. Muito obrigado.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. tem mais questionamentos a fazer, Delegado Edson?



O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Por enquanto estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Então, agradeço a V.Exa.. V.Exa. ainda tem 2min30seg.

Próximo orador inscrito, Deputado Betinho Gomes, a quem concedo a palavra, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, nós temos algo que nos intriga, em relação às denúncias que envolvem o Governo do PT. Estranhamento, todas as denúncias recentes, elas se interligam: mensalão, petrolão. Há indícios, evidentemente, que precisam ser apurados, de que o BNDES também, pelo menos de maneira indireta, acabou sendo envolvido por fazer parte de uma política de financiamento das campanhas nacionais e também das empreiteiras que estão sendo denunciadas pela Operação Lava-Jato.

Ocorre que o Sr. Demian Fiocca, ele se associou com o Sr. Rodolfo Landim, ex-Presidente da BR Distribuidora, para formar a empresa Mare Investimentos. E essa empresa ia fazer um negócio que teria ligações com a PETROBRAS, e firmaria contratos. A Operação Lava-Jato, em 2014, analisou essa denúncia, e, por conta disso, o negócio não foi adiante. E essa empresa... Inclusive suspeita-se, pela Operação Lava-Jato, que teria ligações, também, com a Ecoglobal, que, por sua vez, teria relações com o Sr. Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef, ambos presos pela Operação Lava-Jato.

Coincidentemente, o Sr. Landim, que foi Presidente da BR Distribuidora, chegou a ser cotado para ser Presidente da PETROBRAS — com elogios rasgados do ex-Presidente da República e da Presidente Dilma Roussef —, deixou a estatal para fundar o Grupo OGX, do Eike Batista.

O que eu gostaria de perguntar ao Sr. Demian Fiocca é se essa relação que V.Exa. tinha com o Sr. Landim — que veio a ser, em seguida, fundador da OGX — eventualmente tenha facilitado as relações de financiamento do BNDES para o Grupo OGX, já que esse grupo recebeu vultosos recursos de financiamentos, e que, por conseguinte, veio a se transformar numa grande frustração do ponto de vista econômico.



Então, eu gostaria, inicialmente, de fazer essa pergunta ao senhor e saber se ainda é sócio dessa empresa, a Mare Investimentos, que pretendia se associar a outra empresa para conseguir contratos com a PETROBRAS.

Também, se V.Sa. puder aqui mencionar, a Polícia Federal descobriu que a empresa de V.Sa. e do Sr. Rodolfo Landim pretendia adquirir a Ecoglobal, que tinha ligações com o ex-Diretor da PETROBRAS, Paulo Roberto Costa, que foi preso na Lava-Jato. V.Sa. sabia dessa relação entre Costa e a Ecoglobal?

Ainda pergunto: o senhor ainda é sócio de Rodolfo Landim, ex-Presidente da BR Distribuidora, já que esse seu sócio foi parceiro de Eike Batista?

Portanto, complementar a minha pergunta inicial.

Eu faço esses questionamentos porque, como disse no início, me parece que há uma relação intrincada entre todas as denúncias que foram feitas até aqui: mensalão, petrolão. Evidente que nossa responsabilidade aqui é averiguar se o BNDES, eventualmente, tinha sido utilizado, com orientação política, para financiar esses grupos econômicos e também financiar as empresas que estão na Operação Lava-Jato.

Então, faria esses questionamentos.

E complementar com algo também importante, que o Relator já abordou, que diz respeito ao endividamento do Tesouro Nacional a partir de financiamentos que foram feitos, aportes que foram feitos pelo Tesouro Nacional ao BNDES. E aí complementar: o Tesouro Nacional, no final de 2016, quando V.Sa. era presidente, também já fazia parte dessa política. V.Sa. podia dar uma estimativa do tamanho desse saldo em comparação ao seu período, já que, em 2014, o Tesouro Nacional aportou 470 bilhões de reais para o BNDES, o que representa algo em torno de 8% do PIB?

Então, gostaria que V.Sa. pudesse fazer uma comparação com o seu período.

E ainda: V.Sa. foi Presidente quando o BNDES era presidido pelo Sr. Guido Mantega e depois o substituiu na Presidência do Banco quando Mantega foi designado Ministro da Fazenda, sendo conhecido como o homem de confiança do ex-Ministro. Em função disso, pergunto se já naquela época, ou seja, entre 2006/2007, se discutia no banco a alternativa de turbinar os desembolsos das



instituições com empréstimos subsidiados do Tesouro Nacional, o que veio, efetivamente, a acontecer com Mantega, Ministro da Fazenda?

Por fim, eu gostaria de fazer uma consideração. Parte importante dos analistas econômicos do País, as principais agências de *rating* e o próprio Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, incluiu a utilização indevida de bancos públicos, principalmente do BNDES, entre as causas da grave crise fiscal vivida hoje pelo País. V.Sa. concorda com essa avaliação?

Era isso, Sr. Presidente.

Gostaria de obter as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Betinho.

Passo a palavra ao ex-Presidente do BNDES, Sr. Demian Fiocca, para que possa responder aos questionamentos do eminente Parlamentar.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Muito obrigado, Excelência. Quanto aos empréstimos do Grupo X... para o Grupo X pelo BNDES, realmente não foram na minha época. Não saberia dar detalhe sobre isso. Não tive nenhuma interferência sobre isso. A Mare Investimentos não procurou se associar à Ecoglobal. Era uma das empresas que nós estávamos analisando para investir. Nós avaliamos mais de 100 empresas. Esse é o regime de investimentos de Private Equity no mundo todo. É um processo de análise muito longo, de negociações longas. Nós não investimos porque a companhia não cumpriu as condições mínimas para que nós pudéssemos investir num período previsto na nossa proposta...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Mas a sua relação com o Sr. Landim se deu em que circunstâncias? Isso não teria influenciado na liberação de financiamentos do BNDES, já que ele foi depois ser executivo fundador da OGX?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Perfeitamente. Não, minha relação com o Landim se inicia quando eu já estava no setor privado, e o Landim sai do Grupo X. Então, há um momento de carreira em que nós dois estamos no setor privado e decidimos começar essa atividade profissional conjuntamente. Trabalho com ele há 5 anos. Minha leitura é que o Landim é um profissional da mais alta categoria; é extremamente respeitado por todos os seus pares no Brasil, inclusive, no exterior; é um membro de conselho de administração de companhias privadas internacionais.



Um trabalho puramente profissional. Quanto à comparação dos aportes do Tesouro ao BNDES no período posterior à minha saída e no período anterior, realmente não é possível, porque no meu período não houve aportes do Tesouro no BNDES. Então, não há qualquer ligação ou ilação que se possa fazer nesse sentido. Não me recordo de ter ouvido o Ministro Levy fazer uma consideração de que a utilização de bancos foi indevida. Não me lembro se foi essa a palavra que V.Sa. utilizou. Não vejo assim. Quanto a se havia discussões...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Mas a sua avaliação, então, sobre essa decisão do banco de fazer esses aportes do Tesouro Nacional. Foi uma estratégia correta, já que isso gerou um endividamento do Tesouro Nacional de maneira substancial, e hoje nós estamos vivendo uma crise fiscal exatamente por conta dessas operações?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Bom, não é objeto da minha... do meu período no BNDES, mas eu compreendo perfeitamente, uma atuação anticíclica. O Governo brasileiro fez a sua, e vários governos de países desenvolvidos, democracias, com controles de várias naturezas, congressuais, etc., fizeram atuações. Foi muito bem-sucedido no período de 2009-2010. E... é natural que, depois de uma atuação muito intensa, tivesse que haver uma escala gradual de redução desses empréstimos. O BNDES não poderia saltar o nível de empréstimos em 1 ano e, de repente, travar no ano seguinte. Ele prejudicaria os projetos que ele estava financiando, né? E quanto a... se havia discussões, no período em que eu estava no BNDES, como Presidente ou Vice-Presidente, com o futuro Ministro da Fazenda sobre aportes do Tesouro, não, eu não me recordo dessas discussões, não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado João Gualberto, que vai falar como membro e também vai falar pela Liderança do PSDB, com autorização do eminente Líder, Deputado Carlos Sampaio.

V.Exa. tem o tempo de 10 minutos, Deputado João Gualberto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, Sr. Líder, Sr. Demian, há um sentimento generalizado da população brasileira de que a corrupção no BNDES chega a ser até maior do que na PETROBRAS. Para isto nós estamos hoje aqui, para tentar apurar, esclarecer para a população. Esse é um sentimento



generalizado, e eu acho que o senhor deve escutar dos seus amigos, ler na imprensa, etc.

E também o tráfico de influência é muito forte de algumas figuras que passaram ou que estão no Governo, como o ex-Presidente Lula; como o Fernando Pimentel, atual Governador de Minas; como o José Dirceu; como a ex-esposa, ou a atual esposa, do Fernando Pimentel; etc.

Como tem acontecido em outras CPIs, não está sendo diferente nesta, os primeiros convidados — e geralmente são os convidados do Relator, nobre Relator José Rocha, meu conterrâneo — vêm aqui, esclarecem, dão respostas técnicas, mas pouco contribuem para o objetivo da CPI. Realmente, pouco contribuem, porque são pessoas que vêm aqui treinadas, com respostas prontas. Visto que um ex-colega do senhor, o atual vice-presidente, ouvido terça-feira, disse que realmente recebe treinamento antes de vir para cá, eu acho que o senhor deve ter recebido também. Ele confessou que todos os que vêm aqui recebem treinamento. Palavras que o atual vice-presidente declarou aqui na última terça-feira.

Diante disso, o senhor podia quebrar essa regra e responder a perguntas que realmente contribuíssem para a apuração da CPI. O senhor podia quebrar essa regra, e todos os outros que passaram... que eu presenciei, por exemplo, recentemente na PETROBRAS.

Eu faço as seguintes perguntas ao senhor: durante sua gestão no banco, o senhor participou de reuniões com o Presidente Lula, com o José Dirceu, ou realizou contatos telefônicos com as mencionadas autoridades, para tratar de apoio do BNDES a operações de exportação de serviços para países da África, América do Sul e Caribe? Em caso positivo, poderia dar detalhe dessas reuniões?

Durante a sua atuação no BNDES, V.Sa. recebia pessoalmente e realizava reuniões para discutir operações diretamente com os dirigentes ou intermediários das empreiteiras, sabe-se hoje, muitas delas envolvidas na Operação Lava-Jato? Em caso afirmativo, poderia dar detalhe dessas reuniões e discussões?

Participava o senhor de reuniões, no Palácio do Planalto, ou nos Ministérios, ou em outros locais, com os mencionados dirigentes ou intermediários das empreiteiras, para discutir o apoio do banco? Em caso afirmativo, poderia dar detalhe dessas reuniões? Participou o senhor de alguma viagem, no País ou no



exterior, com os dirigentes ou intermediários dessas empresas, para discutir questões relacionadas com apoio do banco?

Em oitiva nesta própria CPI, dirigentes do BNDES afirmaram que, no caso da operação no Porto de Mariel, o financiamento do BNDES ao projeto foi feito em condições regulamentares. Isso, na nossa opinião, foi dito para proteger o ex-Presidente Lula, acusado de tráfico de influência para aprovações das operações em condições excepcionais, já que todas as evidências indicam que a operação mereceu tratamento preferencial, inclusive porque teve que subir para a alçada da CAMEX.

São essas as perguntas que eu gostaria que o senhor respondesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado João Gualberto.

Passo a palavra ao Sr. Demian Fiocca, para que possa responder aos questionamentos feitos pelo eminente Parlamentar.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Obrigado, Excelência, pelas perguntas. Com todo o respeito, naturalmente, pelos pontos de vista de V.Exa., minha percepção, de maneira nenhuma, é de que exista um sentimento de percepção de corrupção associado ao BNDES. Nenhuma. Das pessoas que lembram — *“Ah, você participou do BNDES, você foi do banco”*, etc. —, os comentários que eu escuto são sempre positivos em relação ao banco. Essa é a reputação que o banco já tinha antes de eu passar pelo banco; essa é a reputação que eu vejo posteriormente a eu estar no banco, e essa também é a convicção que eu tenho, pela experiência direta de trabalho no banco. Ou seja, eu consideraria absolutamente injusto e equivocado se alguém na sociedade procurasse associar corrupção ao BNDES.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Como eu tenho tempo, Sr. Presidente, poderia fazer um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. fique à vontade para utilizar o seu tempo da maneira que mais lhe convier.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O.k.

O senhor tem percebido, lido e assistido na imprensa... Há suspeita, pelo menos, de que o BNDES... em função daquelas concessões das obras serem o pacote da concessão da obra junto com o empréstimo do BNDES. O senhor não



percebe isso na sociedade brasileira, essa percepção da corrupção, de que tudo é uma coisa só, as licitações, as concessões, e junto vinha um empréstimo do BNDES?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Pode haver, quem não conhece o BNDES, percepções externas, mas equivocadas. Estou seguro disso. Ou seja, o BNDES, ele, em primeiro lugar, ele não faz o empréstimo associado a quem ganha a obra. Ele divulga as condições de empréstimo antes da licitação para que todos, em igualdade de condições, saibam o que podem esperar obter no BNDES, e depois ele analisa o crédito da empresa para ver se de fato a empresa pode conseguir, qual é o volume, que garantias, etc. É uma análise técnica, é uma análise impessoal, não vejo aí nenhum indício de nada irregular. Ao contrário, me parece uma postura republicana, impessoal, correta.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Demian, hoje, na *Folha de S.Paulo* está, lá, uma matéria falando que o Brasil está mudando a maneira de fazer licitações e concessões, diminuindo o patrimônio líquido das empresas, para que outras empresas possam participar e não só aquela meia dúzia de empresas que estão envolvidas na Lava-Jato. Hoje mesmo está no jornal.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Pois é, mas isso não tem nada a ver com o BNDES. O BNDES não faz as licitações.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não, o pacote, a concessão, a licitação da obra, e junto com o empréstimo do BNDES. Isso era um pacote só.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Com todo o respeito ao ponto de vista de V.Exa., “*junto com o pacote do BNDES*” é uma palavra que, no meu entender, não traduz de maneira adequada o processo. Não é junto com o pacote do BNDES. Quem conduz a licitação é o Ministério, é a agência reguladora, é uma área setorial externa ao BNDES. E o pacote do BNDES não vai junto com a licitação. O BNDES não participa da licitação. Se há uma percepção por leitura de jornal, etc., talvez é até uma oportunidade de esta CPI contribuir para esclarecer. Quanto à preparação para participar aqui desta Comissão, eu saí do banco faz mais de 8 anos. Passei no BNDES, sim, anteontem, fiquei algumas horas lá, me atualizando, pegando dados, procurando compreender o que pode ser de maior interesse da Comissão, em respeito à Comissão. Eu não acho que seria bom o contrário, se eu viesse



completamente despreparado. Mesmo assim, como saí há muito tempo, naturalmente, não vou ter tudo de memória, mas, enfim, procurei me preparar na medida do possível. Quanto às perguntas, o BNDES, ele faz reuniões, é um órgão do Governo Federal, 100% do Governo Federal, ele faz reuniões com diferentes áreas de Governo. Poucas reuniões com o Presidente da República. Não me recordo de reuniões... Peço a compreensão de V.Sa., faz 10 anos que eu estive lá, entrei no banco faz mais de 11 anos, eu saí já faz mais de 8. Mas também eu posso fazer uma resposta bastante precisa no que eu entendo que é preocupação de V.Exa. Não houve nenhuma tratativa inadequada com ninguém de Governo no período em que eu estive no BNDES no sentido de favorecer uma empresa — *“Faça isto aqui, faça aquilo”*. Não. Há discussões de governo, na minha gestão, nas gestões anteriores, em outros governos, porque o BNDES é um órgão de governo. Então, vou lhe dar um exemplo. Nós temos um programa de transportes. Então, é natural que o Ministro dos Transportes fale: *“Poxa, BNDES, nós queremos que o BNDES financie mais prazo, ou mais recursos, nós queremos mais estradas”*. E o BNDES faz reuniões para isso. Então, a área técnica do BNDES prepara — *“Olha, é possível a gente financiar nesses termos, naqueles termos, fazer um programa, anunciar”*. São discussões de natureza programática entre dois órgãos de Governo. Posso testemunhar que não houve nenhuma solicitação ou questão de natureza específica nem... que eu repute inadequada. Quanto a reuniões com dirigentes de empresas, acho importante separar as duas coisas: dirigente de empresa é uma coisa, intermediários é outra. Reunião com intermediários, não, o BNDES não faz. Se uma empresa quiser trazer um assessor financeiro, um advogado, se a empresa trouxe, o BNDES pode receber porque é a empresa. Mas o BNDES não atua por meio de intermediários. Ele não aceita. É uma das políticas do banco. O banco é um banco público, é um banco que atua em... Noventa e oito por cento dos seus financiamentos é para o setor privado. Então, não haveria maneira de o banco não receber empresas, né? O banco deve receber empresas, é intrínseco à sua missão. Na possibilidade de agenda, eu recebia algumas empresas, dirigentes de empresas. Normalmente, essas visitas, sempre solicitadas pelas empresas, não são visitas que discutem questões operacionais, são visitas de apresentação. Então, uma grande siderúrgica tem um plano de investimentos, pede para falar, digamos, com o vice-



presidente, que cuidava da área de siderurgia, que era eu durante um período. Posso receber. Se a agenda permitir, eu recebo. Mas um dirigente de empresa vai e fala com o Diretor do BNDES, com membro da Diretoria, com o Presidente, ele vai dizer: *“Olha, nossa siderúrgica está há 30 anos no Brasil, gera emprego, nós queremos crescer, vamos fazer isso...”*. São apresentações de natureza mais institucional. A discussão de natureza técnica, operacional no banco, ela sempre vem de baixo pra cima. A empresa sempre tem... O sujeito pode ter sido recebido pelo presidente, pode ter dado a mão ao presidente, abraçou o presidente, pode ter ido a uma inauguração, tirou foto com o presidente. Não importa. A operação começa pelo procedimento de carta-consulta, comitê de superintendentes, todo mundo de carreira, os executivos mais seniores de carreira do BNDES, concursados, etc. Aí vai para análise, passa pelos técnicos, gerentes, chefes de departamento. É um processo, às vezes, até longo. As empresas... *“O BNDES exige demais, fiscaliza demais, muitas áreas, já conhecem a empresa.”* Mas, enfim, sempre vem de baixo pra cima, e, mesmo no âmbito da aprovação final, nenhum diretor, nem o vice-presidente, nem mesmo o presidente tem poderes para aprovar nenhum projeto sozinho. Sempre passa por todos os membros da diretoria, e, mesmo nesse processo da diretoria, ainda passa sempre por assessores de cada um dos diretores, que também verificam, questionam, falam com diretor da área, com os assessores da área. Enfim, é um processo bastante longo, passa por um escrutínio muito detalhado. É... o Porto de Mariel realmente não foi na minha época.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor comentou que passou ontem ou anteontem, esta semana, no BNDES. O senhor pode falar com quem o senhor se reuniu lá, para se atualizar quanto ao que iria falar aqui?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Perfeitamente. Eu me reuni com pessoas de quadro técnico...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Poderia falar o nome dos técnicos?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não tenho todos.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Os que o senhor se lembra.

O SR. DEMIAN FIOCCA - O que liderava é Marcelo Miterhof.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Marcelo...



O SR. DEMIAN FIOCCA - Miterhof. É... E, se essa é a intenção da sua pergunta, não me reuni com nenhuma das pessoas que depuseram na CPI.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor foi só uma vez lá, e ficou quantas horas?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Fiquei quatro, cinco horas.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Quatro, cinco horas?

O SR. DEMIAN FIOCCA - É.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor... É... Dessas pessoas envolvidas...

O SR. DEMIAN FIOCCA - Passei ontem, antes de ir para o aeroporto, também, porque eu tinha pedido uns dados...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Foram duas vezes? Duas vezes?

O SR. DEMIAN FIOCCA - É. Ontem foi curto. Eu vim ontem à noite de avião. Eu tinha pedido uns dados no dia anterior, o banco não tinha — *“Ah, eu vou dar pro senhor amanhã.”* Então, antes do aeroporto eu passei lá de novo.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - As pessoas estão preocupadas com esta CPI, do BNDES?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não. Na minha leitura do banco, de modo geral, testemunho da minha experiência, o banco tem muita segurança da lisura, da correção das suas operações. É claro que uma CPI provoca uma exposição, em certo sentido, puxa o BNDES para um debate de natureza mais política, vamos dizer aqui, que não é o perfil das pessoas do banco, mas, quanto à segurança da correção do que é feito, não, o banco tem que ter muita segurança.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor lembra de alguém com quem o senhor se reuniu que esteja envolvido na Lava-Jato, algum diretor de empresa, representantes de empresa que foram condenados ou que estão presos?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Teria que consultar a agenda. Faz muito tempo...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Estão falando tanto desses nomes, dessas pessoas que estão presas, desses empresários. O senhor não se lembra de nenhum?



O SR. DEMIAN FIOCCA - Sendo muito franco, a minha esposa inclusive reclama disso, eu não sou tão bom de memória, mas posso pedir pra perguntar ao BNDES se eles têm...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Da Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa... Vou lembrar o nome das empresas, todas envolvidas. Nenhum diretor dessas empresas...

O SR. DEMIAN FIOCCA - Provavelmente alguns, sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Você se lembra de um nome, pelo menos?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Eu preferia, Deputado, se V.Exa. me permite, pedir a agenda ao BNDES para não cometer imprecisões, até por conta do juramento, etc. Algo mais preciso eu encaminho a V.Exa. São assuntos de 10 anos atrás, né?

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Presidente, eu queria solicitar a agenda dele, do período em que ele foi presidente, e com quem ele se reuniu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. será atendido.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - E viagem, o senhor se lembra de ter viajado com algum deles, no Brasil ou no exterior?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não, não me recordo. Até no BNDES nós fazemos muito poucas viagens internacionais. Nem sei se fizemos alguma ou...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Nacionais ou internacionais?

O SR. DEMIAN FIOCCA - É. Não. Nacionais, não.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Internacional, fez alguma com algum empresário?

O SR. DEMIAN FIOCCA - A que eu me lembro, em que via muitos empresários, na verdade foi uma viagem que eu fiz aos Estados Unidos quando o Governo queria divulgar as PPPs e trazer investimentos pro Brasil, né? Ali o público era empresarial, empresários, tinham muitos empresários nessa viagem, mas não era no BNDES, foi na fase em que eu estava na assessoria do Ministério do Planejamento, né? Não há...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - No BNDES, o senhor não fez nenhuma viagem, nenhuma viagem, com empresários?



O SR. DEMIAN FIOCCA - Olha, eu não me recordo. Se V.Exa. se refere a uma viagem que o sujeito vai e discute o assunto, o projeto, não houve nada de inadequado. Isso eu posso garantir. Exatamente agenda de viagens...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não, se teve a viagem, só isso. Se teve a viagem com algum empresário, porque aí o senhor se lembraria do nome, é claro.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não, não, não... Não me recordo, não. No BNDES, não, não me recordo.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Gostaria, também, Sr. Presidente, de ter a relação das viagens que o Demian fez e saber quais empresários estavam acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. será atendido.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Muito obrigado.

O senhor contribuiu muito pouco com esta CPI, Sr. Demian. Infelizmente, o senhor fez exatamente igual aos outros da PETROBRAS, mas, depois, o Brasil ficará sabendo realmente o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. está satisfeito, Deputado João Gualberto?

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. E V.Exa. será atendido na inteireza da solicitação de V.Exa.

O próximo orador inscrito é o Deputado Paulão. Tem o tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, mais uma vez, cumprimento todos os colegas da CPI e o ex-Presidente do Banco, Sr. Demian.

Sr. Demian, o senhor já fez exposição, outros integrantes aqui da CPI também fizeram esse depoimento, mas é importante a gente discutir, numa visão republicana, numa visão de Estado, qual a sua avaliação do período por que o senhor passou, e logicamente depois, em relação ao padrão de transparência do BNDES quando comparado com outros bancos de desenvolvimento. Essa pergunta é sempre recorrente. As operações que são realizadas pelo BNDES como se tivesse privilégio, isso é uma realidade só do BNDES ou é uma realidade de bancos de



desenvolvimento? Então, como é o nível de comparação, como é que esse padrão é definido?

É verdade que não foi do seu período, e colegas que antecederam, dando ênfase em relação ao período do Presidente Lula, principalmente: o senhor tem conhecimento das dívidas da mídia brasileira, principalmente os grandes meios de comunicação?

Uma grande jornalista, Elvira Lobato, do *Observatório da Imprensa*, ela fez um artigo, que é pouco divulgado, onde os grandes grupos de comunicação devem 10 bilhões, em relação ao processo, entre eles, com maior destaque, *O Globo*, 5 milhões, 192 milhões; o Grupo Abril, *Folha de S. Paulo*, *O Estadão*, *SBT*, *RBS*. Inclusive, dívidas que foram articuladas através do próprio BNDES.

Como é que é isso? Porque, no caso, principalmente, da Globopar, 80% da dívida, ela é dolarizada — 83,5 é de curto prazo. Essa operação que o sistema Globopar fez com o BNDES é considerada uma operação de risco, já que V.Sa. falou tanto que as operações, elas não têm risco para o banco e não é dado destaque?

Outra pergunta que é recorrente aqui e é importante aprofundar: a política do BNDES, ela teve relação com empresas investigadas pela Operação Lava-Jato, inclusive na área da construção civil. Pela sua experiência, mesmo num período curto, a segurança que o banco estabelece com os outros, o nível de garantia, V.Sa. acha que essas empresas envolvidas terão dificuldades de honrar seus compromissos?

As condições financeiras que o banco utiliza, principalmente do FAT — eu lembro que vários colegas aqui me antecederam preocupados — Fundo de Amparo ao Trabalhador, que o BNDES utiliza, essas condições são compatíveis para a sustentabilidade não só do banco, mas que não tenha prejuízo em relação ao FAT?

Outro questionamento que é bastante focado aqui na nossa CPI é em relação aos empréstimos das grandes empresas, inclusive com destaque às favoritas. Todo mundo cita aqui o grupo Eike Batista, mas ninguém gosta de falar muito do grupo Friboi. Geralmente parece que sempre é deletada essa questão. Como é que foi esse processo? Qual é a sua avaliação nessa operação?



O banco tem uma política importante para as microempresas. Agora mesmo, no momento, e digo isso com muito enfoque, orgulho de ser do Partido dos Trabalhadores e pertencer à bancada do Governo, mesmo no momento que a gente está atravessando, quem está salvando, com destaque, são as micro e pequenas empresas. Qual o enfoque em relação ao BNDES? V.Sa. disse que mudou, numa visão republicana, a metodologia de financiamento. Essa metodologia atingiu as microempresas, que, mesmo neste momento que a gente está atravessando, elas geraram, conforme dito pelo Ministro Afif, mais de 150 mil empregos. Então, é uma das prioridades a questão da microempresa?

E, para finalizar, Sr. Presidente, em relação aos projetos internacionais. Qual é a sua visão em relação aos financiamentos concedidos pelo BNDES, principalmente na exportação de serviços, principalmente na área de engenharia, em que a gente verifica que são poucos os países do mundo que conseguem ter uma *expertise*, e nesse processo a importância de financiamento dessas grandes construtoras?

E há outra questão polêmica, que toda vez é recorrente, em relação aos financiamentos de Cuba, Venezuela e Angola. Mas a relação com o BNDES, uma das maiores relações bilaterais é com o próprio Estados Unidos.

Então, eu gostaria que o senhor pudesse fazer essas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Paulão.

Passo a palavra ao Sr. Demian Fiocca.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Muito obrigado, Deputado. A discussão sobre a transparência do BNDES é uma discussão interessante, e acho que, e acredito que esta Comissão é uma oportunidade de contribuir para que a sociedade, de modo geral, conheça melhor o BNDES, o que eu acho que é muito positivo, é extremamente positivo. Aqui é uma avaliação, eu entendo, de conjunto, né, um juízo do conjunto dos mecanismos de transparência do banco. O meu entendimento, a minha convicção nessa área é que há mais desconhecimento por conta de menor tratamento das condições gerais do banco, quando se trata do debate do banco e, às vezes, assim, pensar uma operação e outra operação e discutir, do que por



ausência de informações, né? O banco, ele, ele... para se ter uma ideia, ele dá transparência ao contrato inteiro de empréstimo. Registra em cartório e tem lá qual empresa, quando, qual foi o custo, qual foi o volume, qual foi a taxa, condições de garantia que estejam no contrato, ou seja, há bastante transparência nesse primeiro sentido. Depois, o banco também faz relatórios mensais, já fazia na minha época, e divulga mensalmente, inclusive dados finais, desculpe, dados... não só os finais, mas também os dados intermediários, coisa que outros bancos não fazem. Então, o banco não divulga apenas, nos seus relatórios agregados, o volume de operações desembolsadas ou aprovadas. Ele divulga até quantas foram as consultas iniciais. Depois, quantas estão na fase de enquadramento, quantas foram aprovadas, quantas foram divulgadas. Por ocasião do lançamento desses relatórios, fazíamos, na minha época, inclusive uma reunião aberta à imprensa. Mensalmente, a gente fazia o lançamento do relatório, aproximadamente, mensalmente, com abertura à imprensa para os jornalistas perguntarem o que quiserem sobre o banco, a atuação e os dados que estavam sendo divulgados. Sobre as suas políticas de empréstimo, eu entendo que também é bem mais transparente e natural, porque é um banco público, por exemplo, do que bancos privados, né? O privado não chega a um banco... O privado diz: *“Se você está na área de siderurgia, as condições são aproximadamente essas; se você está na outra área, são...”*. Não, o BNDES tem. As políticas operacionais do banco são conhecidas, né? Não saberia responder sobre os empréstimos para grupos de mídia. Não me lembro. Talvez não tenham sido na minha época.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente...

Não, não foi na época de V.Sa. Foi na época do Governo Fernando Henrique Cardoso. Inclusive um dos financiamentos da gráfica do jornal *O Globo*... o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez questão de tirar fotografia com o falecido Roberto Marinho.

O senhor não tem conhecimento de como está a inadimplência desse empréstimo em relação ao BNDES?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não tenho conhecimento, Excelência. Eu... Sobre as empresas da Lava-Jato, são grandes empresas, são empresas diversificadas, né, eu não tenho condições de fazer uma avaliação dessas empresas hoje. Eu não



tenho relação com essas empresas nem com o BNDES. Deixei o banco há muito tempo. Sobre as condições do Grupo X e Friboi, igualmente, não foram operações do meu período no BNDES. Com relação à compatibilidade e sustentabilidade do regime do FAT, eu tenho convicção, sim, de que o sistema FAT-BNDES é um sistema sustentável. Ele foi acumulando, como eu mencionei no início da minha apresentação, um fundo rotativo, e, ao longo de vários anos e décadas de acúmulo desse fundo, o banco tem um suporte, vamos dizer, fundamental na sua, na sua... no giro desse fundo, que vem do pagamento dos empréstimos anteriores, acrescidos dos juros. Então, o banco, quando recebe de volta, ele pode emprestar, naturalmente, mais do que emprestou em um período anterior, além do fato de que legalmente o BNDES... o FAT, e daí o BNDES, recebe recursos do PIS-COFINS numa base regular, anualmente. Eu vejo como uma estrutura bastante engenhosa e muito positiva, contribui para a estabilidade da disponibilidade de caixa do BNDES ao longo do tempo e permite justamente que o banco financie projetos que exigem prazos maiores, o que é mais complexo para bancos privados que, por exemplo, não tenham *funding de* longo prazo. Então, apenas para esclarecer: se tiver um banco, vamos dizer, privado, mesmo grande, sólido, sério, competente, etc., bombando, mas ele tem uma captação curta, quanto mais ele estende o seu prazo, maior é o risco hipotético de que um evento no futuro que mude as condições da economia possa reduzir o acesso de caixa, e ele já emprestou por um longo prazo. Então, ter, no caso do BNDES, o sistema do FAT — o banco sabe que legalmente todo ano entra um recurso do FAT —, mais os recursos anteriores, eu entendo que é um sistema sustentável e que permite dar esse crédito longo, em moeda nacional, necessário à viabilização de muitos dos projetos que o Brasil realizou nos últimos anos, nas últimas décadas, e que precisa continuar a realizar. Sobre micro e pequenas empresas, como eu mencionei, existe uma questão de missão do banco. O BNDES é um banco de atacado, é um banco sem agências. O Governo Federal, historicamente, né — não é uma ou outra gestão, o Estado brasileiro —, tem o Banco do Brasil e a Caixa, que, esses sim, são bancos de varejo que conseguem alcançar um número maior de operações menores. Mas, mesmo assim, o BNDES fez um esforço para utilizar a sua estrutura de recursos de longo prazo, de custo melhor, para, por meio da rede de varejo, não só dos bancos públicos, como



também dos bancos de varejo privados, alcançar a micro e pequena empresa, e, destacando esse instrumento que, por ser simplificado, por ser bastante bem elaborado, mas de execução bastante simplificada para o micro e pequeno empresário, o Cartão BNDES, realmente o desempenho é muito bom. Vou mencionar alguns números a título de ilustração. Eu tinha mencionado inicialmente os números da minha gestão quando há um crescimento grande, mas, para V.Exa. ter uma ideia, em 2012 foram 700 mil operações com o Cartão BNDES. O Cartão BNDES é para pequena empresa. Os empréstimos devem ser da ordem de 50 mil reais, 100 mil reais. São empréstimos realmente para o pequeno empresário, essa empresa que, com pequenos recursos, gera três empregos, quatro empregos, dez empregos, vinte empregos, não é, e que é tão importante, como V.Exa. mencionou. Em 2013, 760 mil operações; 2014, 795 mil operações. Então, há um esforço do BNDES para, mesmo não sendo a sua estrutura aquela de ter uma missão de varejo, alcançar a pequena empresa, e acho que com grande sucesso nesse instrumento criado e ampliado nos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Paulão, V.Exa. está satisfeito?

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Em relação às operações que foram realizadas com os países citados, qual a sua avaliação, porque a gente percebe um preconceito do ponto de vista ideológico quando se discute em relação a Cuba, principalmente, Venezuela. Inclusive as operações da Venezuela foram antes do Governo Lula. É uma política de Estado, e não uma política de governo, não é? O Porto de Mariel. Mas a maior relação bilateral do BNDES é com os Estados Unidos, que representa, até do ponto de vista ideológico, a antítese desse projeto em relação ao campo da Esquerda. Qual é a sua avaliação? É importante essa relação bilateral? O BNDES tem prejuízo? São padrões internacionais que outros bancos de desenvolvimento desenvolvem? Eu tinha feito essa pergunta, e V.Sa. não tinha respondido.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Pois não. Me desculpe, Excelência. Com satisfação, eu lhe respondo. Minha visão é de que o apoio à exportação de serviços é uma necessidade estrutural do Brasil. O Brasil sempre teve um desafio de ter uma sólida posição de exportações, de ter reservas. Sofreu com crises de balanço de



pagamento graves que, na década de 80, contribuíram para o descontrole da inflação. Em 97/98, forçaram o Governo a desvalorizar o câmbio em meio a uma perda de reservas. Em 2002/2003, provocaram o câmbio a bater quatro, dúvida se o Brasil ia conseguir pagar sua dívida. Ou seja, é uma prioridade compreensível, histórica e adequada que o Governo brasileiro, por meio dos seus vários instrumentos, procure aumentar as exportações. Quanto às exportações de serviço em comparação com importações... com exportações de bens, eu não vejo por que discriminar serviços. Se um país estrangeiro paga "x" milhões de dólares por um projeto de engenharia feito no Brasil, a empresa brasileira fatura para o governo estrangeiro e recebe aqui, o impacto do ponto de vista de benefícios para a economia brasileira é completamente similar ao impacto se uma empresa produziu uma máquina e exportou. Vieram dólares; os dólares se somaram às reservas do Brasil; houve a conversão de dólares em real; a empresa recebeu aqui; as pessoas que trabalharam aqui receberam os seus salários; a empresa que estava aqui pagou os seus impostos. Eu não discriminaria as exportações de serviços. Eu acho que elas são tão benéficas para o País quanto as exportações de bens. Quanto à seleção de países, eu não estava no BNDES no período dessas últimas operações sobre que V.Exa. comentou. De fato é uma posição de longo prazo, impessoal do BNDES: empréstimos para a Venezuela vinham de gestões anteriores, até de governos anteriores. E não vejo no banco nenhum viés de natureza ideológica. Não vejo. V.Exa. mencionou: a maior parte das exportações são para os Estados Unidos. Eu vejo, por exemplo, países europeus tentando entrar em Cuba. Os espanhóis que veem uma oportunidade de crescer na América Latina, por exemplo, atuam na América Latina e estão em Cuba até antes das recentes negociações dos Estados Unidos. Os financiamentos foram todos pagos, portanto, o BNDES e o Governo brasileiro e o Brasil ganhou o pagamento dos juros, além de desenvolver as empresas. E também vejo com naturalidade que um país como o Brasil, que tem uma posição de destaque na América Latina devido ao seu porte, devido à proximidade, procure ganhar mercados na América Latina. Quer dizer, o Japão procura ganhar mercados e procurou se desenvolver na Ásia. A Coreia procura mercado nos países próximos. Então, também não me parece de nenhuma maneira



surpreendente que haja expansão de empresas brasileiras para a América Latina, ainda que não seja apenas para esses países. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Paulão.

Passo a palavra ao próximo orador, Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Depoente, é inegável que os trabalhos desta CPI, muito embora, Sr. Presidente, nós tenhamos um foco permanente na busca de informar à sociedade brasileira aquilo de que há muito se fala no País, do perigo dos financiamentos externos, sobretudo do BNDES, para países ou para empresas que vão desenvolver obras em países sobretudo da América Latina... Mas é da característica do trabalho do Legislativo: vez por outra, nós vemos aqui aquelas pinceladas de tintas de ideologia político-partidária.

E nesse sentido, Dr. Fiocca, eu pergunto ao senhor se o atual modelo de financiamento do BNDES de hoje... Obviamente, uma instituição do porte do BNDES tem regras a obedecer, não poderíamos imaginar que o BNDES agiria nesse financiamento de uma forma, no outro de outra forma e por aí afora. A pergunta é se o modelo atual é diferente, de forma significativa, do modelo que era adotado em outro ciclo de gestão do Palácio do Planalto.

A segunda pergunta. Muito se fala que o BNDES desembolsou vultosas somas para financiar projetos externos, em detrimento de financiamentos tão necessários e imprescindíveis à infraestrutura, sobretudo à infraestrutura nacional. A pergunta é: V.Sa. saberia informar a esta Comissão qual o percentual de financiamento externo com relação ao financiamento interno dos últimos anos, com relação a períodos de governos anteriores? Qual é a correlação entre esses percentuais?

E por último, a imprensa, que exerce um papel fundamental no exercício da democracia da sociedade brasileira, tem sido muito rigorosa — e não poderia ser diferente — na cobrança de informações sobre os financiamentos que o BNDES faz. Afinal, esses financiamentos são oriundos de recursos do contribuinte em última análise. Eu pergunto ao senhor: o senhor poderia declinar a esta Comissão quais são ou se existem e, em existindo, quais são os principais órgãos de comunicação



de alcance nacional que receberam financiamento do BNDES e se esses financiamentos estão com seus pagamentos atualizados?

Então, essas, Sr. Presidente, são as minhas intervenções, mesmo porque, nesta primeira fase da CPI, até que nos chegue aquele rol de documentos que já foram aqui solicitados e dos quais estamos no aguardo, fica muito restrito o raio de intervenções e de perguntas que poderíamos fazer sem que levássemos a um debate especulativo. Então, essas são as minhas perguntas.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, eu posso fazer uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Edio Lopes.

Com a palavra o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, eu me inspirei aqui na fala do Deputado Edio Lopes, já que, no meu entendimento, ele foi uma das pessoas que mais colocaram esse assunto para a CPI, que é relativo à questão do sigilo das informações. Parece que, de forma até bem antecipada, essa foi uma posição muito clara, desde o início, do Deputado Edio Lopes e de outros Parlamentares, inclusive da base do Governo, que sempre deixaram claro que qualquer documento que chegasse aqui teria um carimbo de sigilo — e evidentemente, isso poderia nos deixar numa restrição de informação.

Eu digo isso porque, analisando requerimentos...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - O Deputado está usando o tempo do meu tempo, Sr. Presidente? É tempo do meu tempo?

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - É uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É só uma questão de ordem que ele está fazendo.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - É uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Eu estou fazendo essa afirmação porque recebi já alguns documentos e acho que, em alguns, é absolutamente desnecessário ter o símbolo, o carimbo de sigilo. Por exemplo, a simples informação da participação dos membros que são participantes em conselhos fiscais de empresas — no que, me parece, não há nenhuma coisa absurda — veio com o



carimbo de sigilo. O BNDES indica, já que é acionário de algumas empresas, seus membros nesses conselhos fiscais. E eu só fiz estas perguntas: quais são, sua função, enfim, só dados do nome do representante em conselhos fiscais. E o banco mandou para cá sob sigilo, cobrando da CPI sigilo de uma informação como esta. Parece-me que isso não vai causar nenhum prejuízo a qualquer empresa ou ao próprio banco por conta dessa informação.

Estou colocando isso, Sr. Presidente, porque me parece que houve uma senha desde o primeiro momento: “*Olha o sigilo! Olha o sigilo! Olha o sigilo!*” Aí o banco aproveitou essa deixa, e tudo que chega aqui é sob sigilo. Há informações e informações.

Então, eu queria só colocar essa questão de ordem, para que, numa reunião administrativa, isso fosse também discutido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Sem problema algum. Nós podemos marcar uma reunião, inclusive solicitando a presença dos técnicos do BNDES, para que possamos aclarar essa questão.

A informação que tenho, Deputado Betinho Gomes, é de que realmente grande parte dos documentos que estão sendo já recebidos pela Secretaria da Comissão está com essa tarja do sigilo. Eles atendem o pleito, a solicitação e o requerimento do Parlamentar, mas há esse caráter sigiloso. Então, nós podemos deliberar essa questão sem problema algum, fazendo inclusive uma mesa-redonda entre os integrantes, e ver o caráter e a necessidade desse sigilo.

Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães. (*Pausa.*) Não?

Passo a palavra, então, ao Sr. Demian Fiocca, para que possa responder aos questionamentos feitos pelo eminente Deputado Edio Lopes.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Obrigado, Deputado. Com relação ao modelo de regras externas ao BNDES, acima do BNDES, dentro das quais o BNDES opera — regras de natureza institucional —, de fato eu acho que não há alteração de uma gestão para outra do BNDES. O *status* institucional do banco, suas prerrogativas seguem estáveis, independentemente de qual diretoria que está no banco. Com relação à forma de atuação, o senhor pergunta se há alteração de maneira significativa. É uma excelente pergunta, Deputado. No que se refere a procedimentos, de fato não há. Nisso o banco realmente é um órgão de Estado. Ele



passa por governos, por Presidências do Banco, por gestões, e a forma de operar segue igual. Quando cheguei ao banco como vice-presidente, o banco tinha lá suas fases de análises, seus processos, seus comitês e tal, e continua igual. O que as diferentes gestões, na verdade, à luz do momento econômico e das visões de governo ao qual o BNDES pertence, alteram são questões da natureza da política do banco. Então, digamos: *“Vou ampliar o volume de participação do Banco. Vamos fazer prazos mais longos para viabilizar projetos que sejam muito intensivos em capital ou que demorem muito para começar a gerar receitas”*. Mas o modo como é aprovado é o mesmo basicamente: entra na área de consulta; as regras são iguais para todas as empresas do setor; a área técnica desenvolve sem nenhuma interferência da diretoria; passa por um comitê, passa por outro. O processo, nesse sentido, de fato não se altera de maneira significativa entre as gestões do banco. Com relação às exportações de serviços e à comparação com o financiamento de projetos de infraestrutura no Brasil, eu não vejo essa competição — essa é uma coisa importante de termos oportunidade de esclarecer para a opinião pública. O BNDES não tem operado sob uma restrição de caixa. A execução dos projetos de infraestrutura em geral é dada por limitações de tempo que vêm de naturezas de engenharia, de naturezas de licenças, de desafios específicos, às vezes o Ministério Público manda parar, enfim. Quer dizer, são questões do projeto. Não é que um projeto para ou deixa de avançar mais rápido porque o BNDES diz: *“Espera um pouco. Eu estou sem dinheiro aqui para o projeto. Depois eu te financio”*. Não. Se há um contrato de empréstimo, o BNDES, de todo o período de que tenho ciência, tem os recursos para liberar. Então, realmente não há uma competição. Não há nenhum projeto de infraestrutura no Brasil que possa ter deixado de ser financiado ou ter retardado o seu financiamento por conta de que o BNDES tenha financiado alguns projetos no exterior. Além disso, do ponto de vista de participação — recebi aqui a informação do banco, nem tinha isso de cabeça, mas eu sabia que era muito baixa —, é de 3%. Então, realmente, não são os 3% que limitaram o andamento de todo o resto do banco. Mesmo do ponto de vista numérico, não seria o caso e confirma essa minha convicção. É o entendimento e o funcionamento do banco de que não há uma competição. Nenhum investimento no Brasil deixou de ser feito porque há um financiamento no exterior, nenhum emprego deixou de ser criado, nenhum



imposto. Ou seja, a atividade no Brasil não sofreu restrições em nenhum momento de que eu tenha ciência, desde que participei do banco até agora, por falta de caixa do BNDES. Mas isso, naturalmente, o banco poderá confirmar para V.Exas. Quanto à correlação de financiamento externo ou atual... Desculpe-me, para ser mais claro, se eu entendi a sua pergunta: se no Governo atual, em comparação com outros governos, há uma grande diferença na participação de financiamentos externos, há é uma desproporção. Não tenho esse dado de memória, mas, em grandes linhas do que eu me lembro, eu acredito que não. Na verdade, o financiamento externo a projetos sempre foi baixo, continua baixo. Um país que vai se desenvolvendo, que, vamos dizer, cresce do ponto de vista de inserção social, cria classe média, vê o desenvolvimento inclusive das suas próprias infraestruturas e, correspondentemente, o crescimento das suas empresas, normalmente tende a se internacionalizar mais. Os países desenvolvidos são países muito internacionalizados, basta pensar as marcas que nós temos em mente, grandes marcas, e vamos nos lembrar de grandes países. Você pensa em automóveis, nós temos em alta conta a Alemanha. De fato, a Alemanha faz a Volkswagen, a BMW, etc. Pensa nos Estados Unidos e pensa nas grandes companhias americanas, assim como os japoneses e tal. Então, eu acho até que é desejável que o Brasil fomente uma maior internacionalização das suas empresas. Acho que não foi alto, por enquanto, ainda em nenhum governo. As operações para empresas de mídia, jornais, etc. — confirmaram-me agora —, não houve nenhuma no meu período. Falo de memória, pelo que foi informado ao banco. Se houver, peço que o banco encaminhe a esta CPI, corrigindo-me se for o caso. E também não tenho informação sobre situação de inadimplência, mas igualmente eu acredito que o banco pode naturalmente encaminhar a V.Exas. a informação, eventualmente me dando cópia. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Edio Lopes, V.Exa. está satisfeito? (*Pausa.*) Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.



O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Dr. Demian, eu tenho aqui algumas perguntas que preparei para o senhor.

A primeira é sobre o seguinte: o Juiz Sérgio Moro, numa palestra que deu em São Paulo na segunda-feira passada, num seminário promovido pela *Exame*, disse que corrupção sempre existiu em todos os países, mas com casos isolados, de pessoas que tentam se aproveitar dos seus cargos e, portanto, em conluio com o corruptor, acabam desviando recursos públicos. O que está ocorrendo agora não é isso; é uma corrupção sistêmica, ou seja, é a institucionalização da corrupção. E é isso que eles estão tentando acabar e estão combatendo. E na opinião dele, não tinham que ficar pesquisando se a corrupção está nesse banco público ou não, mas relacionar as empresas que estão sendo denunciadas na ELETROBRAS, na PETROBRAS com empréstimos concedidos pelo banco. Aí é quase que automático, essa ligação vem automaticamente. Não precisa haver uma corrupção específica dentro do BNDES. É facilitação para que empresas que ganham concorrências em outros locais, em outras empresas que estão sendo investigadas, sejam consideradas empresas que estão sujeitas ao processo de propina para ganhar essa licitação. Então, a primeira pergunta é esta: como V.Sa., como o senhor vê essas questões? Qual é a análise que o senhor faz a esse respeito?

A segunda pergunta é a seguinte: quais as operações, durante o período em que o senhor esteve na presidência ou até depois, que experimentaram perdão de dívida e que, portanto, acabaram redundando em prejuízo para o banco? Ou, se não houve prejuízo, quem é que pagou? Foi o Tesouro? Quem é que ressarciu esse prejuízo, em tese, que seria dado por essas empresas? As afirmações do senhor são no sentido de que não há inadimplência, de que esses países pagam direitinho. Se pagam direitinho, não precisa haver perdão da dívida. Se estão pagando regularmente, nem tem sentido.

A terceira pergunta é uma contradição entre o que disse o senhor e o que disse aqui o Prof. Luciano Coutinho — mas não é uma contradição subjetiva, é objetiva, clara. O Prof. Luciano Coutinho declarou taxativamente que o banco não abandonou a política de campeãs, que isso é uma parte do próprio banco de capacitar as empresas para comprarem ativos no exterior. O decreto de novembro



de 97, que permitiu essa aquisição de ativos no exterior, é justamente para dar capacitação a empresas brasileiras, para que voltem para cá melhores e, portanto, melhorem a sua produtividade. Portanto, o banco não abandonou de forma nenhuma a política de campeãs. O senhor disse que essa política não existe, que todos os que vão até lá com um projeto benfeito têm o seu projeto analisado e podem ser beneficiados pelos recursos do banco, em contradição absoluta com o que disse o Prof. Luciano Coutinho, que defendeu que as campeãs nacionais continuam existindo — o que é algo, no mínimo, odioso. Nós sempre defendemos que a lei tem que ser igual para todos, que as disposições, tanto as disposições tributárias como as benesses, as isenções, não devem se dar por setores específicos, mas para todo, todo, todo o conjunto do setor produtivo brasileiro.

A quarta pergunta é sobre o seguinte: na sua época, o volume total investido pelo banco era mais ou menos um terço daquele que foi investido de 2007 para cá. De 2007 para cá, nesses últimos 7 anos, o banco conseguiu investir 1 trilhão e quase 300 bilhões — trilhão com “t” de trave, “t” de tatu, “t” de turismo —, uma dinheirama inacreditável. Na verdade, esse período de 7 anos foi o período em que nós tivemos uma estagnação do nosso PIB. O que justificava esse aumento que ocorreu logo depois da sua saída, de três vezes mais recursos para o banco investir, e que não redundou em nada? As empresas receberam todo esse dinheiro, e nós continuamos com um crescimento pífió. O PIB não cresce. O PIB não cresce. O que está acontecendo? Houve algum equívoco do banco? Aplicou mal? O banco errou e essa dinheirama foi pelo ralo? Queria ouvir a opinião do senhor, que foi um diretor respeitado.

A quinta pergunta é sobre o seguinte: parte importante dos analistas econômicos do País, os economistas, as agências de *rating* e o próprio atual Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, analisam que a utilização indevida de bancos públicos, principalmente do BNDES, está entre as causas da grave crise fiscal vivida hoje pelo País. Não somos nós da Oposição que estamos falando isso, é o próprio Ministro dizendo que a má utilização — utilização indevida, eu leio como má utilização dos bancos públicos — acabou redundando num orçamento fiscal paralelo sobre o qual ninguém tem controle e fez com que a dívida interna no Brasil



crescesse barbaramente. Afinal, 1 trilhão e 200 ou 300 bilhões é muito dinheiro. Isso redundou, é claro, numa situação fiscal muito difícil que hoje nós estamos vivendo.

A última pergunta aqui é a seguinte: o Conselho de Administração do BNDES é o mesmo Conselho de Administração da BNDESPAR? Outra coisa: parece-me tão estranha a composição ou, no mínimo, curiosa, com a participação do Ministro da Justiça. O Ministro da Justiça é Conselheiro. Ele está lá só para ganhar um jabaculê? Eu não falei que é um “pixuleco”, que vai ganhar um jabaculê — eu estou sendo cuidadosíssimo na terminologia. Mas, pior do que o Ministro da Justiça, faz parte do Conselho de Administração o Presidente da CUT! Para quê? E ainda vem aqui não só o senhor, mas a vice-presidente, o Presidente Luciano Coutinho dizer que a análise é técnica? Ora, o Presidente da CUT, por exemplo, vai fazer uma análise técnica de um empréstimo com que capacitação? Ou esse conselho é uma rainha da Inglaterra, não tem função nenhuma?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Zarattini) - Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, por favor, V.Exa. quer encerrar?

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Vou encerrar. Era só isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Zarattini) - Com a palavra o ex-Presidente Demian.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Obrigado, Excelência, obrigado pelas perguntas.

Primeiramente, com relação ao papel do BNDES, se ocorreu algum caso ou suspeita de caso de corrupção em alguma empresa que o banco financiou, eu não atribuiria ao Banco uma responsabilidade sobre isso, ainda mais sendo grandes empresas. Provavelmente essas empresas são financiadas por vários bancos, raramente uma empresa grande tem um único banco. Então, deve ter... Todos os principais bancos privados também financiaram empresa, deve haver outros bancos públicos, talvez bancos internacionais. Se há algum caso de desvio em uma organização ou empresa, eu entendo que a responsabilidade, a cobrança tem que ser onde aconteceu o desvio. Não me parece uma ilação muito direta dizer: “*Não. O banco financiou e a empresa teve problema, cobra-se do banco*”. Quanto a... O que o banco procura fazer, o BNDES? O BNDES faz, sim, o acompanhamento de



projetos. Se ele constata uma irregularidade, uma suspeita, ele passa para o Ministério Público. Ele pode inclusive travar empréstimos. É claro que tem que seguir a lei, tem que ser algo comprovado, julgado. Ele avalia o andamento da parte financeira ao longo do processo. Se mesmo uma coisa que não seja comprovada, uma investigação, uma denúncia, possa afetar a situação financeira da empresa, ele vai avaliando sempre ao longo do tempo. E de maneira geral, a minha visão da experiência de ter trabalhado no banco é que o banco procura ter processos e exigências bastante elevados, para se precaver de fraudes contra o banco. Perdão de dívidas a empresas. Eu realmente não tenho ciência, não me recordo. Pode ser — talvez não tenha sido no período em que eu presidi o banco — que o senhor se refira a dívidas de África. Eu sei que houve um — eu estou falando de memória, peço compreensão pela imprecisão —, houve um programa internacional, não sei se da ONU ou da UNESCO, enfim, um programa voltado especialmente para os países desenvolvidos, mas que eram os maiores financiadores desses países de menor desenvolvimento na África, de um certo momento perdoarem parte de dívidas. É possível que o Brasil tenha algumas dívidas nessa natureza. Existe até uma sigla, uma sigla inglesa, mas era países com muita pobreza extrema ou muito pobres. Aí é mais uma ação de natureza diplomática do que uma questão bancária ou de risco bancário e tal. Talvez seja isso. Sobre a questão das campeãs nacionais, eu vi umas partes da apresentação do Luciano pela *TV Câmara* e não sei se foi alguma parte que eu perdi. Mas, do que eu vi da apresentação do presidente atual do banco, sempre foi no sentido de reiterar a igualdade de condições para todas as empresas, a impessoalidade da atuação do banco, o fato de que o banco coloca suas políticas transparentemente e são as empresas que vêm pedir. Nesse sentido de o banco fazer uma discriminação, o que eu entendi da apresentação do Presidente Luciano não foi em contradição ao que eu digo, mas exatamente na mesma linha do que eu também endosso e testemunho: de que o banco age de maneira republicana e imparcial. Eu não conheço... Quando eu mencionei que não havia um programa de campeãs nacionais, na minha época não existia esse nome dentro do banco. Eu ouvia na imprensa, mas não no banco. Não conheço se há um programa com esse nome — eu me referi ao nome no banco. E confesso... O senhor mencionou uma linha de crédito e de investimento específica de novembro de 2007. Eu saí do banco



em março de 2007, então, também não poderia haver contradição entre uma linha que foi criada quando eu já não estava e as minhas declarações do período em que eu estava. Sobre a questão do apoio do BNDES ao PIB, poderia haver um mal-entendido do que são políticas anticíclicas, não é? O que é uma política anticíclica? A economia de mercado oscila, ora ela vai para recessão, ora ela cresce demais; existem períodos de euforia às vezes excessiva e existem períodos de pessimismo e recessão às vezes também excessiva. A política econômica, usando vários instrumentos de Estado — gestão de taxas de juros do Banco Central, políticas fiscais, políticas tributárias, agências de fomento —, a política econômica normalmente procura suavizar esses movimentos, procura se contrapor. Não é num momento de maior aceleração da economia que se diz: *“Não, agora precisamos ainda colocar o máximo de estímulo do ponto de vista das políticas públicas”*. É o contrário, é no ciclo. Então, compreendo o ponto de vista de V.Sa., mas não é de maneira nenhuma surpreendente que, quando se faz uma política anticíclica, ou seja, para conter os excessos de um ciclo econômico que vem da economia de mercado, um banco esteja procurando estimular a economia, e mesmo assim ela cresce pouco. Mas nesse caso, a economia cresce pouco apesar da atuação de estímulo do banco e não por conta da atuação de estímulo do banco. Sobre a composição do conselho de administração do banco, não me caberia comentar. Mesmo como presidente, eu não indico o conselho, eu apenas participo. O conselho é que é o chefe do presidente institucionalmente. O que eu gostaria talvez de esclarecer pode não ter ficado perfeitamente claro em outras exposições ou na discussão do banco, informações públicas pela mídia. Quando o banco e todos os seus executivos e todo mundo que trabalhou lá reitera, confirma, pela sua experiência, que as análises são técnicas, todos estão se referindo ao processo de negócio, ao processo de atividade-fim do banco que resulta num empréstimo. Este é o processo técnico: vem da equipe; passa pelo comitê; sobe, etc.; passa pelo superintendente, chefe, diretor; diretoria aprova. O conselho de administração efetivamente não aprova operações de crédito. Então, pode ter havido algum mal-entendido, mas, nesse processo técnico, efetivamente não se inclui o conselho de administração. O conselho de administração não aprova operações. Do ponto de vista operacional, a última instância é a diretoria do banco. O conselho de



administração tem uma natureza mais institucional mesmo, ou seja, como o banco é um banco de Governo, no conselho de administração estão representados membros de Governo, por isso Ministros. E em parte, também por ser um banco público, é que eu entendo que há essa procura por representar diferentes setores da sociedade, então, há empresários, há sindicalistas, há setores da sociedade. Mas é uma representação de natureza institucional, mais de discussão estratégica. Eles não participam da análise das operações. E isso em nada tira a natureza efetivamente técnica do processo daqueles que, sim, participam das operações. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Zarattini) - Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, consulto V.Exa. Está satisfeito? *(Pausa.)*

O próximo orador inscrito é o Deputado Alexandre Baldy.

Antes eu queria responder ao Deputado Betinho Gomes e aos Parlamentares sobre o questionamento que foi feito a respeito da classificação do sigilo. Nós já conversamos, eu e o eminente Relator, Deputado José Rocha...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Zarattini) - V.Exa. está dispensado por 5 minutos.

Eu conversei já com o Deputado José Rocha e com a assessoria do banco, Deputado Betinho Gomes. E o próprio banco reconhece que houve um certo exagero na classificação de sigilo nos documentos enviados a esta Casa.

Nós vamos marcar uma reunião na terça-feira, mas o banco já está antecipando inclusive a retirada desse caráter sigiloso da grande maioria dos documentos que já se encontram aqui.

Eu suspendo a reunião por 5 minutos, a fim de que o nosso convidado possa usar o toalete.

Está suspensa a reunião por 5 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Reabro a presente sessão.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Alexandre Baldy, que vai falar 10 minutos na condição de Sub-Relator e 5 minutos não pelo seu partido, PSDB, cujo tempo já foi utilizado pelo Deputado João Gualberto, mas na condição de integrante da Minoria.



V.Exa., Deputado Alexandre Baldy, tem autorização do Líder, Deputado Bruno Araújo, para utilizar o tempo da Liderança da Minoria.

Concedo a palavra a V.Exa., Deputado Alexandre Baldy, pelo tempo de 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Bom dia, Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta; Sr. Relator, Deputado José Rocha; Sr. Demian Fiocca, ex-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, demais Deputados e Deputadas.

Sr. ex-Presidente, eu gostaria de tratar aqui de alguns temas e também que nós, obviamente, tratássemos no eixo de perguntas e respostas, para sermos mais objetivos.

O senhor esteve no banco entre 2006 e 2007, anteriormente, como vice-presidente da instituição, correto?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Isso mesmo. Correto.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Eu seu mandato, entre 2006 e 2007, o BNDES não conseguiu pagar os dividendos dos quais estava encarregado, e tomou dinheiro emprestado para pagar esses dividendos entre 2006 e 2007, que foram realizados somente em 2008. Como economista, com o currículo que possui, o senhor acha que — V.Sa. trabalhou no HSBC, posteriormente na Vale e em tantas outras grandes empresas — um banco age corretamente fazendo uma dívida para pagar dividendos?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Eu não estava me lembrando. De fato, o banco pagou os dividendos. Não me recordo, especificamente, desse empréstimo, nem se houve uma relação com dividendos. O banco toma empréstimos no mercado financeiro, recebe do FAT. Eventualmente esse outro que V.Exa. menciona, mas eu não... Eu estou falando de memória. Faz mais de 10 anos, não é? Mas eu não me lembro de uma relação em que faltou caixa para pagar os dividendos e, então, tomou empréstimos para pagar os dividendos. Eu não me lembro disso. O que eu lembro da gestão do banco é que em geral não faltava caixa. A área financeira tinha, inclusive, uma boa margem de recursos de caixa para várias obrigações. Agora, de maneira geral, quanto a tomar empréstimos e ao mesmo tempo pagar dividendos, a minha experiência como executivo indica que é o normal, na verdade. Ou seja,



grandes empresas, grandes bancos e instituições sempre estão pegando empréstimos, porque o empréstimo, normalmente, tem um custo mais baixo do que o custo de capital e, para poder viabilizar um volume de investimentos maior do que...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Investimentos, não dividendos.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não, não. Vamos lá. O dinheiro é fungível. Então, uma empresa, um banco tem uma programação. Digamos que, de 100, a empresa gasta 60 com a sua atividade permanente, investe 30, paga 10 de dividendos. Ao mesmo tempo, essa empresa tem uma geração de caixa própria, e ela contrata e paga dívidas. Eu não vejo uma relação direta de qual dívida pagou qual gasto, sendo o dividendo um desses desembolsos, e nem mesmo nenhuma contradição. Ou seja, se olharmos, por exemplo, as empresas abertas, as empresas que estão em Bolsas, grandes empresas privadas, provavelmente elas terão feito, anos seguidos, tanto operações de tomada de empréstimo quanto operações de pagamento de dividendos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - E empresas que não conseguem, por exemplo, pagar o seu endividamento, ainda pagando os dividendos, e mesmo assim toma empréstimos?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Com todo o respeito pelo ponto de vista de V.Exa., eu não diria que a empresa não conseguiu pagar, se ela pagou. Ou seja, a empresa toma empréstimos, paga empréstimos, paga dividendos, paga os seus custos, toma empréstimos novamente, recebe lucros. Ou seja, o ciclo econômico normal de uma empresa e de um banco envolve pagamentos de dívidas, pagamentos de dividendos, pagamentos de custos, tomadas de novas dívidas, aplicação de lucros. Então, a menos que fosse uma empresa, vamos dizer, que não estivesse conseguindo pagar, poderíamos tentar fazer essa associação, mas, no caso de uma empresa que está no curso normal dos seus negócios, eu não acompanharia o raciocínio de que a empresa não está conseguindo pagar. Ela pagou tudo.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mesmo no caso do BNDES, em que a soma de captações no Brasil chega a quase meio trilhão de reais? Isso é o que o banco deve. Ele captou e, obviamente, tem que pagar, seja ao FAT, que é



uma parcela, seja ao próprio Tesouro. Ele está recebendo esses títulos e em algum momento vai ter que pagar. Ele tem que pagar os juros e o principal.

O SR. DEMIAN FIOCCA - V.Exa. tinha mencionado que, no período em que eu estava no banco como vice-presidente ou presidente, e eu me lembro do banco...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Não, mas isso começou dentro de todo o período. Obviamente, no período em que V.Sa. era o presidente, esses valores, como já foi dito aqui anteriormente, eram muito menores. Mas esses foram crescimentos sucessivos de captação, de endividamento e de empréstimos.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Perfeitamente. No período em que eu estava no BNDES, o banco não recebeu nenhum empréstimo do Tesouro. Então, essa questão do Tesouro não se aplicava...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas recebeu empréstimo do FGTS.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Aí não é empréstimo, é o *funding*. O FGTS e o FAT são as fontes de recurso de longo prazo normais do BNDES para ele poder emprestar a longo prazo. Aí é o andamento autônomo do banco. Onde há uma ação, por assim dizer, mais de política econômica, realmente, é depois da crise do Lehman Brothers, do *subprime*, enfim, da crise internacional, que começou no fim de 2008, e, aí, o banco recebe aporte do Tesouro em 2009. Ali há, vamos dizer, algo ativo de política econômica, diferente do funcionamento corriqueiro, permanente e normal do banco. FAT e FGTS são fontes tradicionais do BNDES.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor, enquanto presidente, ou até mesmo anteriormente, enquanto vice-presidente, em algum momento tratou das iniciais ao empréstimo da Vale, de 7,3 bilhões, empréstimo esse que, até o momento em que V.Sa. atuou no banco, foi o maior empréstimo da história aplicado pelo BNDES?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não, não tratei.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor, em nenhum momento, tratou dessa operação? O senhor, em nenhum momento, constatou, como Presidente do Banco, absolutamente nada?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Para ser preciso, eu vou fazer só uma consulta aqui. Houve uma grande operação da Vale. Eu acho que foi depois de quase 1 ano



em que eu já havia saído do banco. Não sei se houve outras operações. Suponho que era essa operação à qual V.Exa. se referia. Não sei se houve outras operações da Vale.

Você pode verificar se houve operações da Vale, por favor?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas, mesmo essa operação da Vale, que foi quase 8 meses após a saída de V.Sa., obviamente, teve um início. Foi uma operação específica, teve aprovação da CAMEX, porque, obviamente, não era uma operação corriqueira e usual. Essa operação não passou da noite para o dia pela aprovação e crivo do banco, correto?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Eu não tinha informação, por exemplo, de que essa operação houvesse passado pela CAMEX, mas eu não conheço bem essa operação. Se ela foi 8 meses ou 9, eu não lembro quando... A impressão que eu tinha era a de que foi aproximadamente 1 ano depois de eu sair. Como no banco as operações vão para a diretoria só na última fase, ou seja, vai para a diretoria já na hora de assinar, com toda a negociação feita, durante esse período é normal que não tivesse chegado à diretoria. Agora, o BNDES financia, como eu mencionei a V.Exa., fundamentalmente empresas privadas — noventa e tantos por cento dos empréstimos do BNDES são para empresas privadas —, historicamente, financia o setor de mineração e de siderurgia. São setores da tradição do banco, de vários governos, de várias gestões. Essa é uma das áreas, vamos dizer, mais tradicionais de financiamento no banco. E a Vale do Rio Doce é a maior mineradora do País, uma das maiores empresas do mundo. Então, a última coisa que eu poderia achar é que precisaria de algo excepcional para o BNDES emprestar para a Vale. O BNDES empresta para o setor; a Vale é uma grande empresa. É natural...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor trabalhou, quando presidente, com o Sr. Maurício Dias David? Ele o assessorou na Presidência do Banco?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Que área seria?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Ele era assessor da presidência.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Eu me lembro do nome. Eu não me lembro se ele estava antes, se ele ficou... Mas, se ele estava na presidência... Ele estava lotado... V.Exa. tem...



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Não, aqui eu não tenho dados de onde ele estava. Eu quero...

O SR. DEMIAN FIOCCA - Apenas para... Eu me lembro do nome.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor nunca tratou com ele?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Provavelmente devo ter tratado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Provavelmente? Sim ou não? O senhor tratou ou não com o Sr. Maurício?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Estamos falando de 10 anos atrás, Excelência.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Perfeitamente, mas se o senhor me perguntar o que eu fiz 10 anos atrás, vou ter certeza e convicção de lhe dizer que vou me lembrar, principalmente em se tratando de uma das maiores instituições que emprestam dinheiro ao setor produtivo do Brasil.

Eu, sinceramente, não concordo quando o senhor coloca que não se recorda de 10 anos atrás, sendo Presidente do BNDES. Eu acho que essa é uma resposta extremamente evasiva que o senhor dá aqui à Comissão Parlamentar de Inquérito, que está investigando supostos atos de irregularidades de um banco que tem captado recursos de imposto público. Eu gostaria que o senhor fosse um pouco objetivo e direto. Dizer que não se recorda do que passou há 10 anos, sinceramente, na minha opinião, não é uma resposta válida.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Com todo o respeito ao ponto de vista de V.Exa., o banco tem 3 mil funcionários.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas tem quantos presidentes?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Sim, só um. Mas o presidente, de memória, teria que se lembrar de todos. Mas, veja, eu não vejo nenhum problema. Provavelmente, devo ter tratado, se ele estava na vice-presidência. Ele não era das pessoas de maior destaque...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Relevância.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Eu me lembro de algumas pessoas com as quais eu tratava mais. Mas, se houve qualquer assunto em relação a essa pessoa...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Após a saída de V.Sa., o senhor ingressou na companhia Vale como Diretor de Sustentabilidade. Correto?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Correto.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Enquanto esteve na Vale, em algum momento o senhor tratou com o BNDES sobre o empréstimo que a empresa tomou junto ao banco?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não, não era da minha área. A minha área é uma área corporativa. Quem trata da parte de financiamento não só com o BNDES, mas também com todos os bancos era a área financeira da Vale.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Então, em nenhum momento o senhor tratou sobre o empréstimo que a Vale estava tomando junto ao BNDES? O senhor já estava na Vale?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não, não tratei. Não era da minha competência na Vale.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Na Vale, o senhor chegou a trabalhar ou a lidar com o Sr. Maurício Dias David, que estava na Presidência do Banco como assessor? E, 1 semana após o empréstimo de 7,3 bilhões ser aprovado, o Sr. Maurício pediu licença e foi trabalhar na companhia. O senhor chegou a ter contato com ele na Vale?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não, não me recordo dele na Vale, não. O nome me soa da época do BNDES, mas não me recordo dele na Vale.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor acha uma coincidência ou um fato realmente normal a aprovação, numa segunda-feira, de um contrato de empréstimo de 7,3 bilhões, e, na semana seguinte, ele pedir licença, por 2 anos, para ingressar como funcionário da Vale?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Se ele era assessor da Presidência, ele não participou da operação de financiamento. A Assessoria da Presidência não participa das operações. Ela lê o material que vem das áreas técnicas, analisa. Se há alguma discussão, ela faz a discussão com a área técnica, mas o assessor da Presidência não participa de operações. Então, se ele era um assessor da Presidência e foi para a Vale, não há nenhuma coincidência aí. Ele não participou...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Nenhum dos assessores de V.Sa. participava do estabelecimento de contratos concedidos para as empresas?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não. O processo do BNDES é o seguinte. O BNDES tem áreas setoriais...



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Eu só gostaria que V.Sa. se atentasse à pergunta. Os assessores participavam ou não?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não, não participavam das operações de crédito.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - E o presidente participava ou não?

O SR. DEMIAN FIOCCA - O presidente vota nas operações de crédito, como membro da diretoria, quando ela vem por recomendação da área técnica.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Perfeito. O senhor é ou já foi sócio da Mare Investimentos?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Sim, eu sou sócio da Mare Investimentos. É uma empresa de atividade privada, que eu tenho há vários anos. Ela não tem nenhuma relação com o BNDES.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Perfeito. O senhor buscou o controle da Ecoglobal, empresa que obteve contrato com a PETROBRAS de quase meio bilhão?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não era eu que buscava o controle. Mencionei brevemente, vou repetir a V.Exa. A nossa gestora de recursos atua na área de *private equity*, que é a análise de pequenas empresas para investimento. Não há sequer investimentos do BNDES na nossa empresa nem nas empresas que nós temos investimentos, nem investimento nem empréstimos do BNDES. O regime de trabalho...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor buscou o capital dessa empresa ou não quando sócio?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Sim, nós analisamos para investimento dos fundos essa empresa. Analisamos, na verdade, cerca de cem empresas e entramos em negociações com várias delas. Assim como a grande maioria das empresas que nós analisamos, terminamos não investindo nessa empresa. Não tenho, portanto, nenhuma relação com a Ecoglobal.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor saiu da companhia Vale em qual ano, Sr. Demian?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Saí em 2009.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor acredita que a sua saída foi determinada por uma crise deflagrada no Governo Federal pelo controle da Vale entre os seus executivos?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não, eu saí porque fui convidado para presidir o Nossa Caixa. Fiz uma pequena quarentena, voluntária, nesse caso.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor pediu demissão ou foi demitido?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Eu pedi demissão.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor pediu. Então, o senhor não acredita que naquele momento havia uma queda de braço pela direção da Vale entre o Presidente da Vale, Roger, e o Governo Federal? Em nenhum momento foi colocada essa posição das que... vieram ingresso por parte do Governo, para saírem por conta dessa queda de braço?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Eu acho que, na verdade, é até uma divergência atemporal. O Roger ficou na Presidência da Vale, se não me engano, até 2011.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Exato.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Eu já havia saído há 2 anos antes.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Perfeitamente. Mas o que se noticia é que essa queda de braço iniciou em 2008, após a crise pela qual o Brasil passou, como o senhor já mencionou, e as demissões de pelo menos 1.300 funcionários foram a contragosto do Governo Federal, que preferia que a empresa investisse mais em siderúrgica e menos nas exportações de minérios. Por isso, essa queda de braço deflagrou a demissão de executivos da Vale que tinham relacionamento principalmente com aquele que foi presidente na ocasião em que o senhor ocupou a vice-presidência. O ex-Ministro Guido Mantega fez a articulação para que houvesse a queda do Presidente Roger Agnelli?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Nessa época, houve algumas divulgações e especulações na mídia, e várias delas estavam efetivamente equivocadas. Houve interpretações de que eu pudesse ter ido para a Vale por indicação do Ministro Mantega. Estava rigorosamente equivocada essa especulação. Eu fui para a Vale a convite do próprio Roger Agnelli. Agora posso aqui revelar aos senhores, não há problema nenhum. Ao contrário, eu tinha convites do Ministro para continuar no



Governo. Ele gostaria que eu tivesse outras posições no Governo. Ao longo de vários anos de trabalho, ele passou a ter confiança no meu trabalho. Então, de maneira nenhuma, o Ministro me passou para a Vale. Essa foi uma decisão do próprio Roger, pela minha trajetória profissional, acredito.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Perfeito. Agradeço, Sr. Presidente. Não tenho mais nada a colocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Posso fazer uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Tem V.Exa. a palavra para uma questão de ordem, Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Nós não estamos numa reunião deliberativa, evidentemente. Nós estamos fazendo uma oitiva aqui. Mas eu acabo de ter — e aí gostaria de saber como V.Exa. vai proceder — conhecimento de um documento, de autoria do Sr. Guido Mantega, cuja entrada foi dada ontem na Secretaria, solicitando adiamento da sua oitiva, que seria na próxima semana, para o dia 29. Vejam que nós estamos com quórum baixíssimo e não temos condição, evidentemente, de deliberar sobre esse assunto. E mais: mesmo que pudéssemos, nós não poderíamos fazer esse tipo de concessão, porque não se trata, parece-me, de um problema de saúde, um problema grave...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É um problema de saúde da esposa dele.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - V.Exa. tem essa informação precisa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Tenho a informação, inclusive com atestado médico. Parece-me que ela está tratando um câncer e está fazendo sessões de quimioterapia. Então, Deputado Betinho, eu tomei ciência disso também. E nós acabamos deferindo essa questão, porque, é claro, não envolve outro tipo de conotação, a não ser verdadeiramente essa.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Obviamente. Isso não foi informado aos membros da CPI. Eu acho que seria importante informar à Comissão. Certamente, V.Exa. o faria.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É verdade, é verdade. V.Exa. tem razão em abordar esse assunto. Eu acho que nós complementamos esse assunto e a questão de ordem de V.Exa. com o agravante do não comparecimento dele, justificado, por estar acompanhando a sua esposa, que passa por uma sessão de quimioterapia.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. e ao Deputado Alexandre Baldy.

O próximo orador é o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho acompanhado o depoimento do ex-Presidente do BNDES.

Eu queria registrar algumas coisas, para esclarecermos o debate. Fica parecendo que só a partir de 2003 havia representantes sindicais no Conselho de Administração do BNDES, o que não é verdade. Desde 2002, numa política anterior, existe representação sindical no Conselho de Administração do BNDES.

Portanto, fica parecendo que agora se montou uma república sindicalesca, e a partir de tal período começou a ter representantes de sindicatos, inclusive da Força Sindical. Sempre houve representantes, se não me falhe a memória, até o ano passado, do movimento sindical, no Conselho de Administração do BNDES.

Eu acho que esse é um esclarecimento importante, porque, parece-me que a memória é seletiva, a exigência da qualificação técnica é seletiva. Quer dizer, no passado podia... Ser da Força Sindical parece que é uma qualificação diferente de ser da CUT. Nós precisamos ter uma consciência mais avançada sobre isso, inclusive porque trata da utilização de recursos do FAT. E, ao fazermos isso, nós precisamos ter representantes dos trabalhadores, que, em última instância, serão afetados pelo pretense mau uso desses recursos.

Segundo, há um aspecto que eu gostaria que o senhor comentasse. De repente, a relação empresarial com o Governo passa a ser criminalizada. Eu acho que, se o Obama ou até o ex-Presidente Bush chegassem ao Brasil hoje, eles seriam tratados pela imprensa brasileira como marginais porque vendem produtos e articulam vendas de produtos e serviços dos Estados Unidos. Isso é o que eles mais



fazem no mundo. Aliás, se um chefe de Estado não estiver a serviço da política comercial e de desenvolvimento do seu país, é bom pegar o boné e ir embora.

É claro que o BNDES, assim como todos os Ministérios, segue a política aferida pelas urnas. Então, se em determinado período esse banco foi utilizado... Olhem bem: o banco, com recursos públicos, financia a juros baixos a própria compra e venda do patrimônio público. Isso é uma política devastadora, isso que é uma política efetivamente de lesa-pátria. Agora, uma política de consolidar grandes empresas nacionais para competitividade no mercado internacional... Aliás, eu quero saber que país não faz isso, principalmente os países em desenvolvimento! Foi assim na Coreia, foi assim no Japão. A montagem dos grandes conglomerados que disputam o mercado internacional tem a ver com os bancos de desenvolvimento desses países.

Portanto, eu queria destacar a importância dessa relação. Nós, longe de criticarmos, temos que aplaudir quem cumpre o papel de Chefe de Estado, quem permite ao País alargar as suas fronteiras comerciais e econômicas. Esse é outro aspecto que eu gostaria que V.Sa., Sr. Demian, colocasse durante esse período em que o senhor foi Presidente do BNDES: a política de o BNDES ser um instrumento facilitador da expansão das relações econômicas do Brasil.

É claro que eu não vou entrar no mérito de vincular os financiamentos do BNDES a financiamento de campanha, porque, se eu fosse fazer isso, perceberíamos que o partido que mais recebeu recursos de campanha das empresas relacionadas na Lava-Jato não foi exatamente o partido que está no Governo, mas esse é outro debate. Querer fazer essa relação é extremamente artificial.

Gostaria de saber sobre essas duas questões relativas à política do banco de criar empresas competitivas, de alargar o mercado internacional.

Por último, parece-me que o Sr. Sérgio Moro está querendo até esconder a história internacional, esquecer que ocorreu o processo da Máfia nos Estados Unidos; a Operação Mãos Limpas, na Itália; os Anões do Orçamento, no Brasil. Ele agora está inventando a pólvora da apuração criminal no Brasil. Engraçado, é muito interessante tentar reescrever a história a partir de si próprio, querer reescrever a história mundial e brasileira a partir disso!



Portanto, Sr. Presidente, eu agradeço pela compreensão e gostaria que esses questionamentos fossem respondidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Davidson Magalhães.

Passo a palavra ao Sr. Demian Fiocca, para responder aos questionamentos formulados.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Pois não. Obrigado, Sr. Presidente.

No caso de um banco que financia essencialmente atividades conduzidas por empresas privadas, como o BNDES, de fato, eu entendo que não se deve tratar como algo estranho nem inadequado a relação entre o banco e as empresas. Se o banco financia empresas, tem que ter contato com as empresas. Nesse sentido, de modo geral, parece-me natural. Acho que a qualquer pessoa parecerá natural. As empresas têm que ir ao banco, têm que apresentar os seus projetos, têm que justificar os seus projetos, têm que discutir tecnicamente. Eu acho que esse contato de banco com empresas deve ser visto com naturalidade, sempre que feito de maneira correta, de maneira legítima, dentro de procedimentos, de maneira ética como deve ser. Estou de acordo com a ideia, como disse V.Exa., de um banco do Governo promover o desenvolvimento das suas empresas, inclusive internacionalmente. Isso é uma prática internacional. Não vejo objeção a que o Estado promova suas empresas. Nós vivemos em economia de mercado. A maior parte do que se produz ou do que se realiza, do que se emprega no nosso País é feita por empresas. Então, é natural que, no desenvolvimento, haja o desenvolvimento das empresas, o que não tem nenhuma relação com tolerar nada de errado. Desde que haja todas as relações legítimas, é o natural. Respondi? Eu queria aproveitar, Sr. Presidente, para responder à pergunta anterior. Recebi uma informação sobre aquela questão de perdão de dívidas. Eu estava tentando me lembrar daquele programa internacional de perdão para países muito pobres. Eu recebi a informação de que, efetivamente, da parte do BNDES, não houve perdão de dívidas.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Só uma questão relativa à composição do conselho de administração.



O SR. DEMIAN FIOCCA - V.Exa. mencionou que já existiam representantes das centrais sindicais no Conselho do BNDES anteriormente à minha gestão. Já existia anteriormente. Eu não tinha de memória o dado que V.Exa. apresentou. Parece que havia em outros governos, não apenas em outras gestões do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Consulto se V.Exa. está satisfeito, Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Passo a palavra ao próximo orador, o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu gostaria, primeiramente, de parabenizar o Sr. Demian Fiocca pela sua exposição, pelas respostas que deu. S.Sa. nos esclareceu várias dúvidas sobre vários pontos. Então, eu abro mão da minha inscrição. Deixo os meus parabéns ao Sr. Demian pela sua apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Carlos Zarattini.

Passo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Agradeço ao Presidente Marcos Rotta, cumprimento também o Relator José Rocha, peço ao ex-Presidente do BNDES, Demian Fiocca, que dê as respostas assim que eu for perguntando.

Quem indicou V.Sa. para o cargo de Presidente do BNDES?

O SR. DEMIAN FIOCCA - A indicação para Presidente do Banco, institucionalmente, é feita pelo Presidente da República, por recomendação do Ministro do MDIC. Então, formalmente foi o Presidente da República, por recomendação do Ministro Furlan, à época. Acredito que, dado que o então Presidente do Banco foi chamado ao Ministério da Fazenda, foi uma decisão natural da...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Foi o Ministro Furlan que indicou V.Sa.?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Isso, do ponto de vista de alçadas, é o Ministro do MDIC que recomenda ao Presidente que aprova, se eu não estou enganado, que eu me lembro, V.Exa., é assim...



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, quem lhe chamou para ocupar o cargo?

O SR. DEMIAN FIOCCA - O Presidente da República. Ele que...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ele lhe chamou na sala dele e falou: *“você vai ser o Presidente do BNDES”*?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Eu não me lembro se foi na sala dele.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Você teve uma reunião com o Presidente da República para assumir a Presidência do BNDES?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Eu acredito que sim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Foi o Presidente da República que ligou para V.Sa. para saber se V.Sa. gostaria de assumir a Presidência do Banco?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Eu não me lembro exatamente da ligação, mas se V.Exa. gostaria de saber se o presidente anterior, o Ministro Guido Mantega, pode ter sido quem fez a recomendação...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, o que eu estou querendo saber é o que estou lhe perguntando. Gostaria que V.Sa. fosse direto até porque o meu tempo é escasso.

Gostaria de saber: o senhor foi convidado para assumir a Presidência do BNDES? Quem fez a ligação para saber se o senhor aceitaria?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Acredito que tenha sido o Gabinete da Presidência, ou o Furlan. Apenas para esclarecer, não estou me esquivando da resposta é que...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, V.Sa. está se esquivando da resposta. V.Sa. foi convidado para ser Presidente do Banco e não se lembra quem lhe convidou?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Esse é um processo político que estava nos jornais...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, não tem processo político. V.Sa. foi convidado para presidir um banco público, a maior entidade pública bancária do Brasil, e não sabe quem ligou para lhe convidar?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Eu sei que fui indicado pelo Presidente da República. Foi uma indicação, não foi um telefonema de surpresa, uma vez que eu já era Vice-Presidente do Banco. Sei que a alçada também é do Presidente da



República. Não me recordo exatamente quais telefonemas existiram. Posso solicitar ao BNDES as ligações entre o Governo. Devem haver várias, mas a indicação do Presidente do BNDES, quando a pessoa já está há anos trabalhando como vice-presidente, não é assim: alguém telefonou, quem foi a secretaria, qual foi a reunião, é algo que vai se decidindo no Governo.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Acontece naturalmente, não precisa falar com ninguém, do dia para a noite V.Sa. é ungido na presidência sem ter conversado com ninguém?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Eu não vejo qual seria a...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, V.Sa. era Vice-Presidente do Banco, o Presidente sai do Banco e precisava ter um novo presidente. Quem lhe avisou que V.Sa. seria o Presidente do Banco? É uma pergunta simples.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Isso, simples e de natureza formal.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Por que V.Sa. não pode responder?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Eu posso responder...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu estou perguntando um nome, alguém tem que ter falado isso com V.Sa. Quem é essa pessoa?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Acredito que tenha sido um telefonema da Presidência da República.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - A Presidência da República. Então, o Presidente Lula lhe convidou para assumir o banco e V.Sa. teve uma reunião com ele?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Vou lhe explicar, V.Exa., com todo o respeito que merece...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Também, com todo o respeito, é só por causa do meu tempo.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Qualquer que tenha sido o trâmite — um telefonema, uma reunião etc. — há 10 anos, eu estou disposto a abrir...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, não tem.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Entretanto, o que gostaria de esclarecer é que, apenas por eu estar sob juramento de algo específico, eu não gostaria de dizer sem ter a certeza se foi telefonema, se alguém falou, qual foi a reunião, ainda que seja



um detalhe, para não infringir o meu juramento. Por isso, eu estou tendo essa cautela. Só isso.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Se V.Sa. me permite, eu não consigo acreditar que V.Sa. foi nomeado Presidente do BNDES sem indicação política de ninguém. V.Sa. pode me contestar, mas eu não acredito que o Presidente da República acordou de manhã cedo e disse assim: *“Olhe, vou chamar o Demian Fiocca pra assumir a Presidência do BNDES. Ligue pra ele, pra a gente ver”*. Se V.Sa. me disser que foi isso que aconteceu, tudo bem, acatarei como verdade, mas o que eu estou perguntado é: foi isso que aconteceu, ou V.Sa. tinha uma relação direta com alguém da equipe econômica do presidente que indicou V.Sa. para a avaliação do presidente? Se houve essa indicação, de quem foi?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Perfeitamente. Agora é uma pergunta mais fácil de eu responder com toda a segurança. Eu acredito que a indicação do meu nome para suceder o Ministro Mantega na Presidência do Banco foi do próprio Ministro Mantega.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Do Mantega?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Isso.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O Mantega te indicou?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Isso. E provavelmente, inclusive, a informação de que eu seria o próximo presidente deve ter chegado pelo Ministro Mantega.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - E antes de assumir V.Sa. teve uma reunião com o Presidente Lula?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Isso é que eu não posso confirmar com certeza.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Como não pode confirmar? V.Sa. assumiu a Presidência do Banco com uma reunião com o Presidente antes ou não? Esse não é um fato que acontece todo dia na vida para não saber. Teve ou não uma reunião com o Presidente antes de assumir o Banco: sim ou não. É só isso.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Sim, eu tive algumas poucas reuniões com o presidente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, eu estou perguntando, especificamente, antes de V.Sa. assumir a Presidência do Banco. Sim ou não? V.Sa. teve uma reunião com o Presidente antes de assumir ou não? Esse não é um



fato de 10 anos, do qual não se pode recordar. V.Sa. sabe se teve uma reunião para assumir a presidência ou não. Sim ou não?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não acredito que houve uma reunião específica, não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. não teve uma reunião, então, antes de assumir a Presidência do Banco?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Eu era Vice-Presidente do Banco. Eu já estava no banco há vários meses.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Isso eu já entendi. Eu estou perguntando a V.Sa. o seguinte. Combinado, ligaram: “V.Sa. aceita assumir a Presidência do Banco?” “Aceito.” Antes do ato de publicação seu, V.Sa. teve uma reunião pessoal com o Presidente Lula? Sim ou não?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Eu assumi interinamente quando o Ministro Mantega foi à Presidência e acredito que tenha sido o Ministro Mantega que me indicou para a Presidência do BNDES. A alçada é do Presidente Lula. Eu tive algumas poucas reuniões com o Presidente. Eu realmente não me recordo exatamente (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, Sr. Presidente, eu quero fazer aqui uma solicitação, para ver a agenda oficial do Presidente Lula do período que antecede à assunção da participação, da nomeação do ex-Presidente Demian, já que ele não se recorda, para de fato sabermos se houve ou não essa reunião. Eu gostaria que V.Exa. acatasse o pedido nosso.

Continuando: por que V.Exa. saiu do banco?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Porque houve um rearranjo do primeiro escalão do Governo, foi substituído o Ministro ao qual o banco está vinculado e o Governo entendeu por bem convidar o Luciano Coutinho para assumir a Presidência do BNDES.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Qual Ministro foi substituído? O Mantega?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não, foi substituído o Ministro Furlan pelo Ministro Miguel Jorge. Com o Ministro Miguel Jorge — eu posso confirmar a V.Sa. — tive reuniões naquele período final. Acredito que ele ficou avaliando o meu trabalho.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. tem divergência com o Presidente Luciano Coutinho?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não, não tenho.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Quem o indicou?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Como eu disse, acho que a minha indicação, no mérito, veio do Ministro Mantega.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, a indicação do Presidente Coutinho. V.Sa. sabe quem o indicou?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não. Não conheço.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não? Como foi avisado a V.Sa. que V.Sa. sairia do cargo e o substituiria o Presidente Coutinho?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Disso eu me lembro. Foi um processo mais intenso. Havia debate em jornal sobre isso. Aí, sim, eu fui a Brasília. Aí, sim, eu me lembro de uma reunião com o Presidente Lula, em que eu apresentei os resultados do banco. Havia discussões. Passaram-se alguns dias. Então, eu fui comunicado de que o Luciano seria o próximo Presidente do Banco.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Bom, então o Presidente... V.Sa. não recorda se o Presidente o convidou para uma audiência antes de assumir, mas recorda que foi ele que informou que V.Sa. sairia. É isso?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Isso, porque, quando eu assumi, eu já estava no banco.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - E qual foi a justificativa de retirá-lo que foi dada nessa reunião para a substituição?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Agregar ao Governo o nome de um economista reputado como o Luciano Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Caio Narcio, peço a V.Exa. que encerre sua inquirição, porque temos votação nominal agora no plenário.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu ainda teria muitos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. tem mais 1 minuto para fazer seu questionamento.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O meu tempo se esgotou. Eu quero dizer que eu ainda teria muitas perguntas a serem feitas. Considero as informações insuficientes para a necessidade que nós temos aqui de poder aprofundar a questão. Eu tive a oportunidade de acompanhar todo o processo de inquirição do ex-Presidente e sinto não poder ter um tempo maior para fazer as perguntas para os esclarecimentos devidos. Como o meu tempo está escasso, vou respeitar a ordem dos requerimentos. E peço a gentileza de que possamos verificar se houve ou não a reunião antes da posse do Presidente Demian com o Presidente Lula.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - A solicitação de V.Exa. será atendida pela Mesa.

Eu pergunto a V.Exa. se algum questionamento ao ex-Presidente ficou sem resposta.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ficaram vários, não em função dele, mas pelo tempo. Em função dele, eu acho que pelo menos essa questão de ele não recordar se, antes de assumir o banco, teve uma reunião com o Presidente. Realmente não dá para acreditar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Posso agregar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Por gentileza.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Tendo havido ou não exatamente uma reunião sobre esse assunto naquele momento, eu gostaria de reiterar que vejo com completa naturalidade a minha sucessão no banco, com ou sem uma reunião específica, uma vez que eu já era Vice-Presidente do Banco e já estava há vários meses trabalhando na instituição. Portanto, de maneira nenhuma, seria uma ocasião de alguém receber um telefonema de surpresa e não se lembrar de quem telefonou. Era um processo de discussão dentro do Governo ao longo de um período longo.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Exa. me permite, então, uma última pergunta, só para concluir o raciocínio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. tem a palavra.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. ficou todo o tempo presidindo o BNDES em formato interino ou V.Sa. foi nomeado presidente sem ter o papel de interino em algum momento?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Eu fui nomeado presidente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Quer dizer que, quando o cargo de Presidente ficou vago, V.Sa. assumiu o Banco interinamente, mas, depois de um momento, V.Sa. foi homologado como Presidente oficialmente. Ou não existe uma diferenciação entre um ato e outro?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Sim, foi isso. E aproveito para esclarecer que, de maneira geral, quando o Presidente do Banco está ausente, o Vice-Presidente assume a Presidência.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sim, mas o que eu estou querendo dizer é que existe uma diferenciação entre o momento em que V.Sa. está exercendo a presidência de forma interina e outro quando V.Sa. é nomeado especificamente para o cargo com autonomia para tal. Existe uma diferenciação entre um e outro, certo?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, existe uma data em que V.Sa. deixou de ser presidente interino para ser oficialmente presidente. Certo? Há um ato que permite isso.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Perfeitamente. Só poderia ser assim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - A minha pergunta, o meu questionamento é se, antes de ser oficializado, V.Sa. teria tido uma reunião com o Presidente. V.Sa. disse e repetiu, mas ainda posso lhe dar a oportunidade de se retratar quanto a isso. A minha pergunta é se, antes de oficializar o nome de V.Sa. a presidente, depois de sair da figuração da presidência interina, V.Sa. teve uma reunião, precedente, com o Presidente Lula. V.Sa. mantém a posição de não se recordar?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Já respondi várias vezes.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Tá bom.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Obrigado.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O.k.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. pode formular, através de requerimento, as informações que deseja, que vamos deliberá-lo com a mais absoluta certeza.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu gostaria de contar com apoio para ter acesso a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. vai contar sempre com o apoio deste Presidente para ter acesso a todas as informações que julgue necessárias para o seu juízo de valor.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Muito obrigado, Presidente. V.Exa. tem tido uma correção enorme nesta CPI. É isso que esperamos de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. É o mínimo que posso fazer para retribuir a gentileza de pessoas iguais a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Próximo e último orador, Deputado André Moura, a quem concedo a palavra pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Dez minutos, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Lembro a V.Exa. que estamos em votação nominal no Plenário.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Como Sub-Relator, é de 10 minutos o meu tempo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. terá os 10 minutos garantidos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O.k. É só para deixar consignado que o tempo do Sub-Relator é 10 minutos, a não ser que tenha mudado também.

Além da Mare Investimentos, de quais outras empresas o senhor é sócio?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Eu tenho uma empresa de consultoria econômica, com pouca atividade. Essencialmente, eu trabalho na Mare Investimentos mesmo. É a atividade à qual eu me dedico agora, em tempo integral.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E a Mare possui contrato com algum órgão da administração pública?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não, não possui. A Mare é uma atividade exclusivamente privada, não tem financiamento público nem investimento público.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Em outubro de 2014, véspera das eleições presidenciais, o seu padrinho Guido Mantega disse: *“Quem apostar na alta do dólar vai quebrar a cara”*. Na época, o dólar valia R\$2,40; hoje pela manhã chegou a R\$3,80. Pergunto: essa fala do Mantega era apenas mais uma colocação das mentiras costumazes, ou revela realmente a incompetência econômica do Ministro?

O SR. DEMIAN FIOCCA - O dólar oscila bastante, como V.Exa. pode observar: ele sobe, ele desce. Nenhum economista consegue prever exatamente o dólar, não saberia dizer o comportamento posterior. De modo geral, o que eu posso dizer sobre o Ministro, de ter trabalhado com ele por vários anos, é que é uma pessoa de espírito público, procura conduzir a política econômica dentro das possibilidades, segundo o seu melhor juízo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Por que a diretoria não recebeu com satisfação a sua indicação para a Presidência da Nossa Caixa?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não tenho essa informação nem essa avaliação. Eu me senti muito bem recebido na Nossa Caixa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Foi?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Sim.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Mas isso não foi devido à sua indicação pelo ex-Ministro Mantega, ou devido ao seu desempenho não ter sido o desempenho esperado na Presidência do BNDES? Ou V.Sa. entende que o seu desempenho foi dentro do esperado, dentro do que realmente quem exercia um cargo tão relevante no BNDES deveria ter desempenhado em benefício do banco?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Como eu mencionei na minha apresentação inicial, conseguimos crescer em 49% as aprovações do BNDES, dobramos o lucro do banco, fizemos várias medidas de transparência e governança. Não vou fazer um julgamento de adjetivos dessa gestão, mas V.Exa. pode avaliar se é um bom desempenho.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - No seu discurso nos 54 anos do BNDES, o senhor disse: *“Todos nós sabemos que visitas de Presidentes da República ao BNDES não são fatos corriqueiros em nenhum governo. Esse gesto do Presidente Lula não foi somente por conta do pró-caminhoneiro”*. Nesse sentido, o



senhor já estava profetizando a vocação para tráfico de influência do ex-presidente, ou não?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Não consegui nem sequer compreender a pergunta de V.Exa., com todo o respeito.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Vou repetir. No discurso dos 54 anos do BNDES, o senhor disse — essas são palavras do senhor; o senhor pode não se lembrar disso, porque eu já vi que o senhor tem problema de memória: *“Todos nós sabemos que visitas de Presidentes da República ao BNDES não são fatos corriqueiros em nenhum governo. Esse gesto do Presidente Lula não foi somente por conta do pró-caminhoneiro”*. São palavras de V.Sa. Se não foi só por conta do pró-caminhoneiro, esse gesto foi por conta de quê?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Agora eu compreendi. O Procaminhoneiro era um programa que o BNDES tinha lançado recentemente, e pelo visto estava na pauta naquele momento. Acredito que... Agora me lembrando do contexto... E, quando eu me lembro, eu, sim, informo a V.Exas. Eu apenas tenho a precaução, a prudência de não fazer afirmações precisas, devido ao meu juramento. Por isso, quando não realmente lembro, é que eu não digo. Eu me lembro, sim, desse fato. Acredito que é parte de um discurso para valorizar o gesto do Presidente da República de vir ao banco. Ou seja, quando o Presidente da República vai a qualquer instituição, vai a um evento, ele está prestigiando o evento. Então, a frase eu acho que se refere... é nesse sentido institucional de dizer: *“Olhem, vejam, funcionários do BNDES, como o nosso banco está tendo um reconhecimento da parte do Presidente da República”*. É apenas nesse sentido.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Houve, no seu entendimento, tráfico de influência do ex-Presidente Lula junto ao BNDES durante a sua gestão, ou de conhecimento anterior?

O SR. DEMIAN FIOCCA - De maneira nenhuma.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - De maneira nenhuma? Além do programa Procaminhoneiro, quais outros programas, projetos, obras e financiamentos do BNDES que foram desenvolvidos — ações, programas, projetos, obras, financiamentos — favoreceram amigos do Governo à época?



O SR. DEMIAN FIOCCA - O programa Procaminhoneiro não é um programa para uma empresa. O programa Procaminhoneiro é um programa amplo para todos os caminhoneiros.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Eu citei o Procaminhoneiro, mas eu perguntei quais outros programas, projetos, obras e financiamentos do BNDES.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Ah, pois não! V.Exa. não está sugerindo que o Procaminhoneiro tenha qualquer relação com o tráfico de influência, então?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Estou sugerindo... Estou perguntando os outros.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Também, em nenhum programa, há tráfico de influência. A discussão com o Governo — o BNDES é um banco 100% do Governo — é sempre uma discussão de natureza programática.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Nunca foi para beneficiar amigos do Governo? Nunca teve essa prioridade? Sempre foi um atendimento amplo, institucional, sem lado, sem posição partidária?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Sempre.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sempre. O senhor já respondeu a uma pergunta que eu gostaria aqui de lhe fazer — de qualquer maneira, para poder deixar mais claro — em relação à desistência da Mare Investimentos de um negócio no qual se garantiria o controle acionário da empresa Ecoglobal Ambiental. Esse contrato já tinha sido assinado alguns meses antes — um contrato de 444 milhões de reais — com a PETROBRAS, para prestação de serviços em testes de poços em alto-mar. Já tinha sido assinado esse contrato anteriormente com a PETROBRAS. O senhor confirma essa informação?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Excelência, isso ocorreu vários anos depois de eu deixar o período do BNDES, razão pela qual eu estou aqui depondo. Não tem nenhuma... Não teve nenhum investimento do BNDES e nenhum empréstimo do BNDES nem na Mare...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não. Não estou dizendo que teve investimento. Eu só estou perguntando se V.Sa. confirma que esse contrato tinha sido assinado com a PETROBRAS, no valor de 444 milhões, para prestação de serviços em testes de poços em alto-mar. É só essa a pergunta.



O SR. DEMIAN FIOCCA - Tá. Eu já respondi. É um assunto que não tem relação com o BNDES.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Não. Eu não estou lhe perguntando se teve relação com o BNDES. Eu estou lhe perguntando se houve um contrato assinado. Houve?

O SR. DEMIAN FIOCCA - Da Mare com a Ecoglobal? A Mare não investiu.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Da empresa Ecoglobal, que já havia assinado contrato, e a Mare abortou depois o negócio, o qual garantiria o controle acionário junto com a Ecoglobal.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Em respeito a V.Exa., ainda que não tenha relação com a razão pela qual fui convocado, nossa informação é a de que sim. A Ecoglobal já tinha contratos com a PETROBRAS antes mesmo de nós conhecermos a Ecoglobal.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - E, só para poder encerrar, qual o motivo dessa desistência?

O SR. DEMIAN FIOCCA - A empresa não cumpriu com as condições mínimas que são necessárias para que nós pudéssemos fazer o investimento na fase de negociação e diligências do investimento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O.k., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. está satisfeito?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Passo a palavra ao Sr. Demian Fiocca, para que possa fazer então suas considerações finais, e nós possamos caminhar para o final desta sessão.

V.Sa. tem a palavra.

O SR. DEMIAN FIOCCA - Muito obrigado, Excelência. Obrigado, Excelentíssimos Deputados membros da CPI. Eu não estou no Governo, não estou no BNDES. Hoje eu tenho uma atividade profissional puramente privada, mas gostaria de aproveitar essa oportunidade aqui para mais uma vez dar um testemunho de quem trabalhou intensamente no banco, durante 2 anos e meio, da melhor impressão que eu guardo do BNDES. O BNDES eu vejo como uma instituição do Estado brasileiro, uma instituição de alta competência, que realmente



atua de maneira republicana, de maneira impessoal, que traz um grande benefício para a economia brasileira. E gostaria de compartilhar com V.Exas. o meu desejo de que esta CPI contribua para um melhor conhecimento da sociedade com relação ao BNDES, pois acredito que, quanto mais se souber efetivamente do banco, ainda mais o banco receberá o justo reconhecimento que ele tem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa. V.Sa. já está dispensado.

Passo a palavra ao Relator, Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, quero agradecer ao ex-Presidente Demian Fiocca, pela sua participação, pelas respostas às inquirições que foram feitas.

Mas, Presidente, o que me faz voltar aqui ao microfone é a questão do interesse que nós estamos vendo por parte dos Srs. Parlamentares nessas oitivas dos Diretores do BNDES. Certamente que foram elas fruto de requerimento de nossa autoria para termos aqui um conhecimento maior de como funciona o banco, de como essas operações foram realizadas, vistas pelo próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Nós não estamos tendo o interesse maior dos Srs. Deputados. Se for o caso, Sr. Presidente, eu abriria mão de oitivas, do nosso requerimento, de Diretores do Banco, para que pudéssemos adentrar outras oitivas. Nós temos inúmeros requerimentos para serem aprovados. Que nós possamos dar seguimento à nossa CPI.

Eu, de antemão, já aqui adianto que dispensaria dois Diretores do BNDES que estariam na relação das nossas oitivas. Já os considero dispensados, para que possamos adiantar e avançar na nossa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu não entendi. O Deputado José Rocha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Está dispensando já dois diretores.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Diretores, mas não ex-presidentes.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - As oitivas de ex-presidentes ficam mantidas, não é, Deputado José Rocha?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Ficam mantidas. E, se houver interesse em dispensar algum deles para poder adiantar, eu deixo V.Exas. à vontade.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu estou um pouco preocupado, porque devem ter começado a chegar os documentos que foram requeridos e me parece importante que os Deputados e seus assessores eventualmente possam analisá-los, para que inclusive se dê um embasamento maior às perguntas feitas aqui.

Muitas vezes me parece que estamos correndo aqui nas oitivas sem informação suficiente. Na semana que vem nós vamos ter problemas aqui de aprovar novos requerimentos de oitivas, de convocação. Eu tenho dúvida se nós devemos ser tão rápidos assim ou se não daríamos um tempo mais para a análise desses documentos, para que possamos entender melhor o assunto. Nós pedimos uma massa de dados bastante ampla.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Mais ou menos 14 milhões de páginas.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Então, os Deputados que fizeram esses requerimentos... Meu requerimento era mais magrinho. Eu acho que só pedi umas planilhas. Quem fez esse requerimento não o fez para gastar papel do BNDES — certo? —, espero eu.

Talvez devêssemos adiar um pouco as discussões de requerimentos, para que possamos analisar melhor o assunto. Então, quero colocar essa questão para V.Exa., porque me parece que estamos, às vezes, correndo muito e fazendo pouca análise da documentação pedida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Relator, V.Exa. terá no Presidente todo o amparo, suporte e apoio para as decisões e posicionamentos de V.Exa.

Deputado Zarattini, eu comungo da opinião de V.Exa. Eu recebi, inclusive hoje, solicitação de alguns Parlamentares, tendo em vista o feriado da próxima segunda-feira, no sentido de que não realizássemos a reunião deliberativa de requerimentos na próxima terça-feira. Mas eu não posso, de maneira nenhuma,



deixar de cumprir o acordo firmado ontem aqui para que na próxima terça-feira deliberássemos três requerimentos ontem colocados extrapauta. Então, vamos manter a reunião deliberativa da próxima terça-feira, mas penso que podemos ajustar a cronologia da CPI numa reunião interna. Vou propor inclusive que na próxima semana possamos sentar com V.Exa., com o Relator, com os Sub-Relatores, com todos os membros, para que possamos definir essa questão. Também acho que a ausência de documentos acaba não formatando, da maneira que deveria, o posicionamento dos Parlamentares. Mas essa é uma questão individualizada.

Então, agradeço a presença dos Srs. Parlamentares, das assessorias e dos demais participantes.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, antes convocando nova reunião para a próxima terça-feira, dia 8 de setembro, às 15 horas, em plenário a ser definido, para a deliberação dos requerimentos.

Está encerrada a presente reunião.